

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2018



Sumário

Relatório Anual do Conselho de Administração Regulatório	5
MISSÃO	6
VISÃO	6
PRINCÍPIOS E VALORES	6
CARTA DO PRESIDENTE	7
Cenário	7
DISTRIBUIÇÃO	10
Ligação de consumidores	10
Desligamentos	10
Número de consumidores	11
Comportamento do mercado	11
Receita	14
Número de consumidores	15
Tarifas	15
Tarifa por faixa de consumo	16
Qualidade do fornecimento	16
DEC e FEC COOPERCOCAL 2018	16
Atendimento ao consumidor	17
Tecnologia da informação	17
Discagem direta gratuita	17
Agencia virtual	17
Aplicativo APP Coopercocal	18
Coopercocal SMS	18
WhatsApp 48 999880009: Novo meio de comunicação entre os associados e a Coopercocal	18
Novos negócios	19
Participações da COOPERCOCAL:	19
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	21
Sobras	21
EBITDA OU LAJIDA	21
Evolução e projetos de investimento	22
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição	22
Fonte: Departamento Técnico – COOPERCOCAL, 2018.	22
Captações de recursos	23
Política de reinvestimento e distribuição das sobras	23
Composição do capital	23
Comportamento do preço das cotas partes	23
Atendimento aos associados	25
GESTÃO	27
Administração	27
Planejamento empresarial	27
Gestão pela qualidade total	27
Recursos humanos	27
Responsabilidade social	30
Permissionárias em números	31
AUDITORES INDEPENDENTES	33
AGRADECIMENTOS	33
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	35
NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS	44
1 – Contexto operacional	44
2 – Das permissões	44
3 – Apresentação das demonstrações contábeis	44
4 – Principais práticas contábeis	46
5 - Caixa e equivalente de caixa	51
5.1 - Caixa	51
5.2 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	51

6 - Consumidores	51
7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias	52
7.1 - Composição das contas a receber COMERCIAL	52
8 - Depósitos judiciais e cauções	53
9 - Tributos a compensar	53
9.1 - Circulante	53
9.2 - Não circulante	53
10 - Almoxarifado operacional	53
11 - Despesas pagas antecipadamente	53
12 - Outros ativos circulantes	54
13 - Consumidores	54
14 - Outros ativos não circulantes	54
15 - Bens e atividades não vinculadas à concessão	55
16 - Intangível	55
17 - Fornecedores	55
18 - Obrigações sociais e trabalhistas	56
19 - Tributos	56
20 - Provisão para litígios	56
20.1 - Circulante	56
20.2 - Não circulante	56
20.3 - Provisões para contingência	57
21 - Encargos setoriais	57
22 - Passivos regulatórios	57
23 - Outros passivos circulantes	58
24 - Obrigações vinculadas a permissão	58
25 - Capital social	58
26 - Reservas de capital	58
27 - Reservas de sobras	59
28 - Sobras acumuladas	59
29 - Receita operacional	59
29.1 - Fornecimento de energia elétrica	59
29.2 - Serviços cobráveis	60
29.3 - Doações, contribuições e subvenções	60
29.4 - Outras receitas operacionais	60
30 - (-) Deduções da receita operacional	60
30.1 - Tributos	60
30.2 - Encargos do consumidor	61
31 - (-) Custo do serviço de energia elétrica	61
32 - Custo de operação	61
32.1 - Pessoal e administradores	61
32.2 - Demais custos operacionais	61
32.3 - Gastos diversos	62
32.4 - Outras despesas operacionais	62
33 - Resultado financeiro	62
34 - Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social	62
35 - Participação nos resultados	62
36 - Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	63
37 - Transações com partes relacionadas	63
38 - Instrumentos financeiros	63
39 - Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade	64
39.1 - Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidade de negócio	66
39.1.1 - Conciliação das demonstrações de resultado	66
40 - Seguros	67
41 - Eventos subsequentes	67
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	69
NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS	75
18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário	104

18.1. Consumidores	107
18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais	107
18.3. Ativos financeiros da permissão	107
18.4. Imobilizado	107
18.4.1. Reavaliação compulsória	107
18.4.2. Depreciação	107
18.5. Intangível	108
18.5.1. Reavaliação compulsória	108
18.5.2. Depreciação	108
18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	108
18.6.1. Reavaliação compulsória	108
18.6.2. Amortização	108
18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)	108
18.7.1. Ativo financeiro	108
18.7.2. Ativo intangível	108
18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)	109
18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)	109
18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)	109
18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	109
18.9. Conciliação das sobras líquidas societário e regulatório	110
19. Formação Básica das Notas Explicativas	110
Balanço social 2018	112
Estendendo a todos os benefícios da eletricidade	113
Preservando e restaurando o meio ambiente	113
Rede compacta ou linha verde	113
Filantropia e trabalho voluntário	113
Acordo com instituições filantrópicas	113
Doações do FATES	114
Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA	114
Segurança no Trabalho	115
Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho – SIPAT	115
Informando a cooperação a todos	116
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018	119
Senhores associados	119
Mensagem da Administração	119
ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	121
PARECER DO CONSELHO FISCAL	126
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	127
PARECER DA AUDITORIA – SOCIETÁRIA	128
PARECER DA AUDITORIA – REGULATÓRIA	130
PARTICIPAÇÕES	132

Relatório Anual do Conselho de Administração Regulatório

Senhoras e Senhores associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL para a sociedade, parceiros e associados.

MISSÃO

Garantir o comprometimento na distribuição de energia elétrica, excelência e responsabilidade na prestação de serviços, atendendo os interesses de nossos associados, atuando dentro dos princípios cooperativistas.

VISÃO

Ser reconhecida pela prestação dos melhores serviços de distribuição de energia elétrica, cooperando para o desenvolvimento na sua área de atuação.

PRINCÍPIOS E VALORES

- Excelência: Buscar a perfeição na distribuição dos serviços de energia elétrica;
- Ética: Profissionalismo com nossos colaboradores e associados;
- Transparência: Comprometimento e responsabilidade para com os colaboradores e associados;
- Responsabilidade: Comprometidos com a sociedade e com o meio ambiente em busca do desenvolvimento regional.

CARTA DO PRESIDENTE

Cenário

A Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL atua no segmento de distribuição e comercialização de energia elétrica, acumulando conhecimentos técnicos e gerenciais ao longo de seus 55 anos, fazendo-se possível sua adequação dentro das normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº034/2010-ANEEL, publicado em 10 de agosto de 2010, garante à continuidade da regulamentação da estabilidade de mercado em nossa área de atuação e a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contado a partir da data de sua celebração.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela COOPERCOCAL para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os associados podem ser verificados pelo alto índice de satisfação dos serviços realizados, apresentados nas últimas pesquisas realizadas pela ANEEL.

Em 2018, o bom desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 6,79% com relação à 2017. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 8,03 GWh (7,99 GWh em 2017). Somada, a demanda dos dois setores representa 37,83% de toda a energia comercializada pela cooperativa em 2018 (38,68% em 2017).

As tarifas praticadas pela COOPERCOCAL foram corrigidas pela resolução homologatória nº 2.465 publicada em 25 de setembro de 2018, entrando em vigor no período de 30 de setembro de 2018 a 29 de setembro de 2019.

No âmbito comum, foram estendidas as atividades que buscam a melhoria das condições sociais, com as realizações de eventos visando beneficiar não somente os associados, mas a comunidade em geral.

Também foi realizada a divulgação das atividades sociais e regulatórias através de publicações periódicas, buscando transparecer as ações planejadas e executadas. De modo que, o planejamento é regularmente revisto, com intuito de melhorar o sistema elétrico e a gestão, bem como manter tarifas de fornecimento com preços acessíveis a associados e consumidores.

A manutenção preventiva continua tratada com muita prioridade na gestão, melhorando significativamente os índices de qualidade e continuidade do fornecimento de energia. Pois é de total conhecimento que onde tem energia existe o desenvolvimento.

Nosso empenho é constante para obter simetrias as quais nos projete com destaque junto a pesquisa do IASC promovida anualmente pela ANEEL.

A tecnologia da informação tem nos aproximado do associado consumidor apresentando soluções em tempo real de forma a provar evolutivamente nossa eficiência.

O desafio de distribuir energia com comprometimento ambiental e social faz com que estejamos constantemente em busca de novas e modernas soluções.

DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

DISTRIBUIÇÃO

A Coopercocal distribui energia elétrica no município de Cocal do Sul e em parte dos municípios de Urussanga, Criciúma, Pedras Grandes, Orleans, Morro da Fumaça, Lauro Muller, Siderópolis e Treviso, todos no Estado de Santa Catarina, atendendo 10.666 associados consumidores em sua área de permissão.

A administração continua a concentrar esforços para obter melhores condições de fornecimento, com tarifas reduzidas, de forma a promover o desenvolvimento econômico às classes de consumo.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2018, 562 ligações e religações de unidades consumidoras assim divididas: 301 residenciais, 81 comerciais, 154 industriais, 16 rurais, 6 poderes públicos, 4 serviços público.

Integram as novas ligações industriais diversas ligações temporárias para a construção civil.

Desligamentos

Foram realizadas, no ano de 2018, 562 ligações e religações de unidades consumidoras assim divididas: 301 residenciais, 81 comerciais, 154 industriais, 16 rurais, 6 poderes públicos, 4 serviços público.

Integram as novas ligações industriais diversas ligações temporárias para a construção civil.

Número de consumidores

NÚMERO DE CONSUMIDORES					
CONSUMIDORES	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	7.247	7.434	7.533	7.743	7.860
Comercial	771	803	829	860	882
Industrial	392	342	350	353	386
Rural	1.308	1.316	1.343	1.368	1.384
Poderes Públicos	120	129	129	128	128
Iluminação Pública	6	8	9	9	9
Serviço Público	14	13	15	17	17
TOTAL	9.858	10.045	10.208	10.478	10.666
VARIAÇÃO	3,06%	1,90%	1,62%	2,64%	1,79%

Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2018.

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da COOPERCOCAL no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 81,47 GWh (78,12 GWh em 2017). Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o industrial e rural. A classe industrial foi a que teve maior crescimento, com 6,79%, que se deve à ligação de empresa do segmento industrial da cerâmica. A classe rural apresentou aumento de 3,25%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

MERCADO ATENDIDO					
MERCADO ATENDIDO GWh	2014	2015	2016	2017	2018
ENERGIA FATURADA	57,27	68,10	72,20	78,12	81,47
Fornecimento	57,27	68,10	72,20	78,12	81,47
Residencial	17,82	17,81	18,82	19,10	19,53
Comercial	7,45	7,68	7,65	7,99	8,03
Industrial	22,07	32,26	34,96	39,91	42,62
Rural	5,27	5,25	5,38	5,53	5,71
Poderes Públicos	0,68	0,71	0,77	0,78	0,79
Iluminação Pública	3,34	3,64	3,78	3,90	4,04
Serviço Público	0,64	0,75	0,84	0,91	0,75
Suprimento p/ agentes de distribuição					
USO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	10,59	10,77
Consumidores Livres/Dist./Ger.				10,59	10,77
Consumidores Rede Básica					
TOTAL	57,27	68,10	72,20	88,71	92,24
VARIAÇÃO	8,82%	18,91%	6,02%	22,87%	3,98%

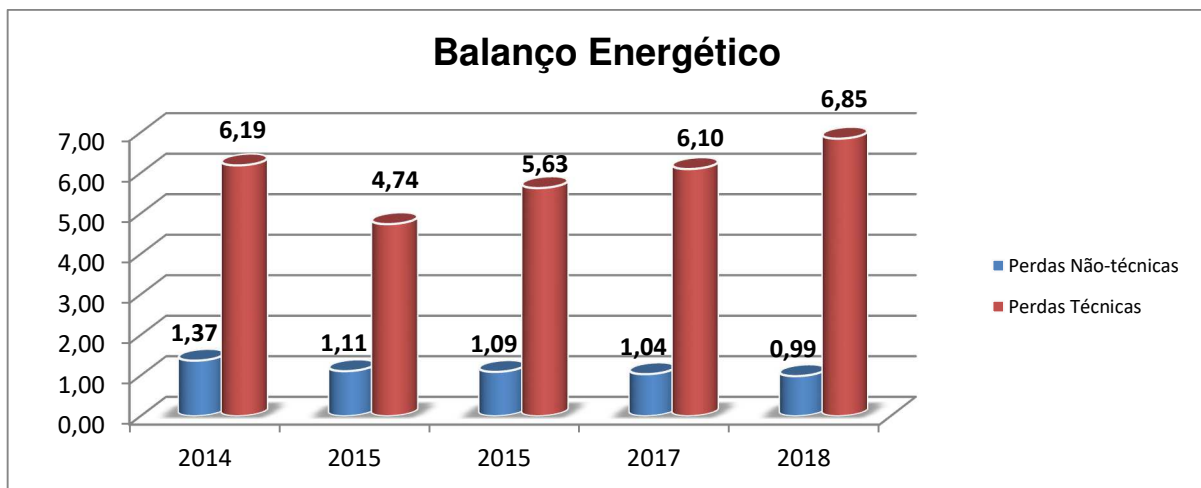
Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2018.

A Coopercocal atende somente um consumidor livre que tem sua energia contratada compensada na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) pela supridora CELESC Distribuição S/A.

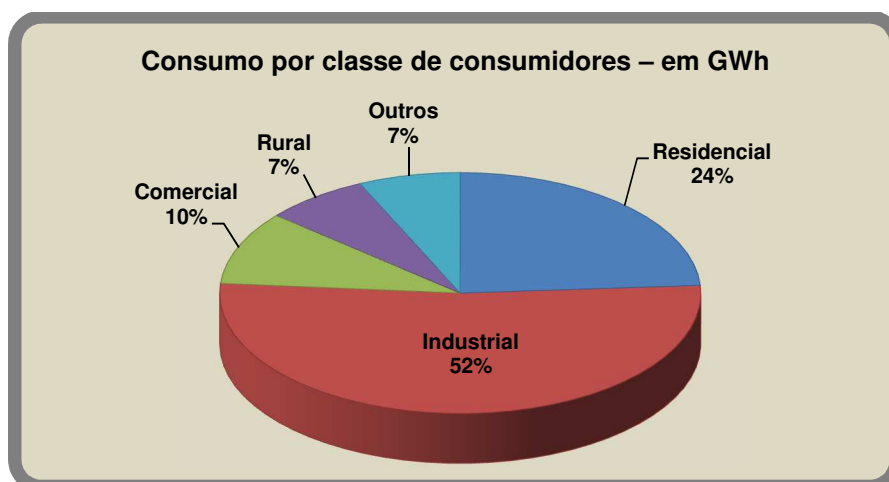
As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram um aumento de 12,30% em 2018 para 2017. Este aumento é resultado de ajustes em calendário de leituras de fornecimento e suprimento, juntamente com o crescimento vegetativo regional que trouxe a necessidade de expansão das redes e instalações de novos equipamentos transformadores. É de suma importância citar que as condições climáticas do ano decorrido também favoreceram para o aumento, fazendo com que a vegetação entrasse em contato com os condutores, dissipando parte da energia.

Balço Energético					
ENERGIA REQUERIDA	2014	2015	2016	2017	2018
Venda de Energia	57,27	68,10	72,20	78,12	81,47
Fornecimento	57,27	68,10	72,20	78,12	81,47
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	57,27	68,10	72,20	78,12	81,47
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	6,19	4,74	5,63	6,10	6,85
Perdas Técnicas	5,32	3,93	4,78	5,23	5,98
Perdas não Técnicas - PNT	0,87	0,81	0,85	0,87	0,87
PNT / Energia Requerida %	1,37	1,11	1,09	1,04	0,99
Perdas Totais - PT	6,19	4,74	5,63	6,10	6,85
PT / Energia Requerida %	9,75	6,51	7,23	7,24	7,75
TOTAL	63,46	72,84	77,83	84,22	88,32

Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOCAL, 2018.



Fonte: Departamento Comercial / Técnico – COOPERCOCAL, 2018.



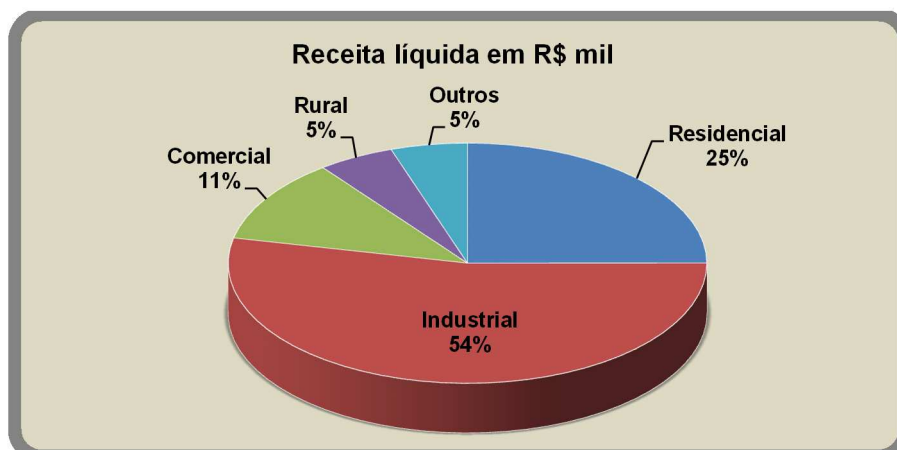
Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2018.

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 28.424 mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil			
Classe	2018	2017	%
Residencial	9.162	7.733	18,48
Industrial	19.573	15.951	22,71
Comercial	4.141	3.582	15,61
Rural	1.892	1.591	18,92
Outros	1.900	1.667	13,98
Subtotal	36.668	30.524	20,13
(-) ICMS	8.244	6.845	20,44
Total	28.424	23.679	20,04

Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2018.



Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2018

Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,79% sobre o ano anterior, demonstrado no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2018	2017	%
Residencial	7.860	7.743	1,51
Industrial	386	353	9,35
Comercial	882	860	2,56
Rural	1.384	1.368	1,17
Outros	154	154	-
Total	10.666	10.478	1,79

Fonte: Departamento comercial – COOPERCOCAL, 2018.

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018 atingiu R\$ 348,61 MWh, com aumento de 14,98% em relação a dezembro de 2017.

Classe	2018	2017	%
Residencial	387,85	334,70	15,88
Industrial	345,56	300,74	14,90
Comercial	388,06	337,21	15,08
Rural	277,05	241,16	14,88
Outros	252,87	225,75	12,01
Média	348,61	303,19	14,98

Fonte: Departamento comercial/engenharia – COOPERCOCAL, 2018.

Tarifa por faixa de consumo

	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Outros
Impostos					
PIS	-	-	-	-	-
COFINS	-	-	-	-	-
ICMS	81,71	111,47	127,65	54,09	83,20
Taxas					
Fiscalização	0,71	0,71	0,71	0,71	0,71
CDE	26,60	26,60	26,60	26,60	26,60
Custo da energia comprada para revenda	105,84	105,84	105,84	105,84	105,84
Encargos de uso da rede elétrica	61,82	61,82	61,82	61,82	61,82
Despesas de pessoal	70,12	70,12	70,12	70,12	70,12
Outras despesas operacionais	164,03	116,15	103,72	16,55	89,86
Tarifa bruta da permissionária (*)	510,83	540,59	556,77	483,21	512,32
Resultado médio	469,19	449,43	515,61	331,14	340,59

(*) representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.).

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são, o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

DEC e FEC COOPERCOCAL 2018

Conjunto Coopercocal	2014	2015	2016	2017	2018
DEC (horas)	7,78	15,87	12,18	7,20	9,47
FEC (interrupções)	6,65	10,79	6,23	7,84	5,75
TMD (minutos)	16,33	16,65	13,63	15,13	17,18
TMA (minutos)	39,30	39,22	56,19	31,52	37,57

A COOPERCOCAL atendendo a determinação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica utiliza apenas 01 conjuntos, denominado Conjunto COOPERCOCAL.

Atendimento ao consumidor

A Coopercocal coloca à disposição de seus associados e consumidores serviços de atendimento ao consumidor instalado na sede administrativa, localizado a Av. Dr. Polydoro Santiago, nº 555, Centro município de Cocal do Sul/SC e um posto de atendimento avançado localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 116, município Urussanga/SC. Alguns serviços de atendimento também são disponíveis através do DDG (Discagem Direta Gratuita) pelo telefone 0800 48 7019 e (48) 3447 7000, com atendimento 24 horas.

Tecnologia da informação

Uma cooperativa distribuidora de energia elétrica para o desenvolvimento de seus negócios, depende de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual suporta tudo o que a cooperativa faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Assim, a Coopercocal disponibiliza canais de relacionamento com o consumidor eficiente e facilitando o acesso aos serviços e comunicação. Estão disponíveis:

Discagem direta gratuita

A Coopercocal oferece serviço gratuitamente de teleatendimento aos seus associados e consumidores através da discagem direta gratuita (DDG) número 0800 487019. Essa ligação pode provir de qualquer operadora de serviço fixo ou móvel e está disponível 24 (vinte e quatro) horas. Ligando 0800 487019 você poderá solicitar serviços emergenciais, serviços gerais, informações, sugestões e reclamações.

Agencia virtual

Através da agencia virtual com o endereço <http://agencia.coopercocal.com.br/agenciavirtual> ou www.coopercocal.com.br clicar no ícone agência virtual, o associado consumidor pode solicitar segunda via fatura,

comprovante de residência, histórico de consumo, débitos, serviços falta de energia, consultar e alterar dados cadastrais e se comunicar com a Coopercocal com um resultado rápido, prático e seguro.

No site também é possível saber toda estrutura da Coopercocal: história, estatísticas, prestação de contas, notícias, eventos e outros.

Aplicativo APP Coopercocal

O aplicativo Coopercocal oferece praticidade ao consumidor para acessar detalhes sobre a sua conta, comunicar falta de energia de um jeito mais rápido, com seu smartphone ou tablet.

Ao acessar o aplicativo da Coopercocal com o número da UC (unidade consumidora) e número de CPF do titular, você terá disponíveis inúmeras informações. O aplicativo da Coopercocal é gratuito e está disponível para Android e IOS.

Coopercocal SMS

Facilitar o dia a dia do consumidor e agilizar ainda mais a comunicação, a Coopercocal possui sistema de **SMS** (torpedo).

Através do número 28908, o associado poderá sem custos solicitar contas em aberto, código de barras para pagamento de fatura, bem como, informar falta de energia em sua residência. O associado receberá informações como desligamentos programados, faltas de energia, fatura vencida, entre outras informações.

O **SMS** é mais uma forma de contato direto, personalizado e interativo com envio de informações que fortalece nossa comunicação.

WhatsApp 48 999880009: Novo meio de comunicação entre os associados e a Coopercocal

Para facilitar ainda mais a comunicação entre a Coopercocal e os associados e consumidores, a cooperativa conta agora com WhatsApp **48 999880009**. Basta informar o número da unidade consumidora (UC) e avisar que está com falta de energia.

Esta medida foi tomada para agilizar a comunicação dos consumidores com a Coopercocal, principalmente no verão, onde acontece os maiores índices de falta de energia ocasionadas pelas tempestades.

Maiores informações sobre nossos canais de atendimento você poderá obter através DDG 0800 487019 (ligação gratuita), ou nos postos de atendimento.

Novos negócios

No atual ambiente empresarial e de mercado em que a permissionária opera, é fundamental assegurar qualidade e continuidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

A cooperativa mantém a estratégia de mediante parcerias, reduzir custos, aumentar sua capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores mais alternativas de produtos e serviços.

Buscamos notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da cooperativa tornando isto uma ferramenta de progresso.

Participações da COOPERCOCAL:

Empresas	Investimento	Negócio
Sicoob Credisulca SC	18	Banco Cooperativista
Total	18	

Fonte: Departamento contabilidade – COOPERCOCAL, 2018.

DESEMPENHO ECONÔMICO/FINANCEIRO



ISO 9001
COOPERCOCAL
55 Anos

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

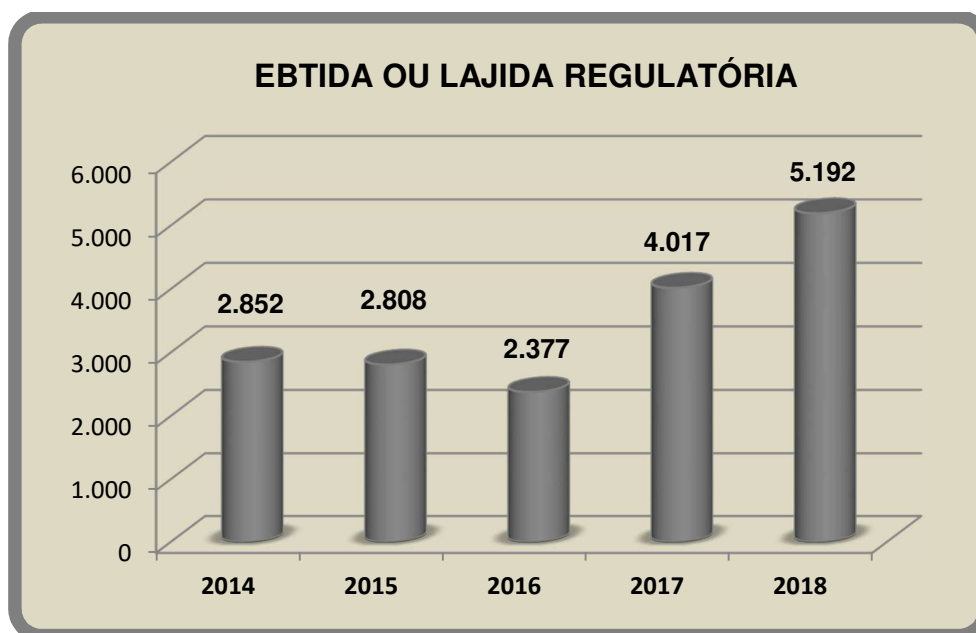
Sobras

Em 2018, a sobra líquida foi de R\$ 3.664 mil, contra R\$ 2.500 mil em 2017, um aumento de 46,56%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 30.034 mil, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 24.066 mil. Esse aumento de 24,80% resulta do significativo aumento das tarifas médias de fornecimento e crescimento de mercado.

As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 27.045 mil, 21,90% superiores em relação à 2017, destacando-se os custos com: aquisição de energia que foram superiores em 43,63% e o total de outras despesas operacionais tiveram um crescimento de 48,09 % no ano. A rentabilidade do patrimônio líquido do exercício foi de 11,82% contra 9,15% em 2017.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5.192 mil, superior em 29,25% a 2017, que foi de R\$ 4.017 mil, conforme evolução abaixo:

EBITDA OU LAJIDA



Fonte: Departamento de contabilidade – COOPERCOCAL, 2018.

Evolução e projetos de investimento

Em 2018, os valores contemplados com adições brutas da cooperativa em máquinas e equipamentos, importaram em R\$ 3.655 mil, 18,40% inferiores em relação a 2017. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 8.927 mil.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS								
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2018				
	2016R	2017R	2018R	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
AIS Bruto	3.070	4.479	3.655	2.111	1.599	1.667	1.738	1.812
Transformador de Distribuição	378	358	298	86	89	92	96	100
Medidor	137	126	149	85	91	98	105	113
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	675	589	932	233	243	254	265	277
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.380	1.248	2.180	1.567	1.160	1.206	1.254	1.304
Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário de 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	10	2.065	4					
Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	490	92	91	141	16	16	17	18
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(83)	(384)	(147)					
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(83)	(384)	(147)					
Outros								
Originadas da Receita								
Ultrapassagem de demanda								
Excedente de reativos								
Diferença das perdas regulatórias								
Outros								
Outros								

Fonte: Departamento de contabilidade – COOPERCOCAL, 2018.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO						
	2018 R	2019 P	2020 P	2021 P	2022 P	2023 P
R\$ Mil	3.655	2.111	1.599	1.667	1.738	1.812
Plano de Investimentos 2019						
R\$ Mil	2.075	1.245	1.299	1.355	1.414	
Plano de Investimentos 2018						
Diferença	76%	70%	23%	23%	23%	

Fonte: Departamento Técnico – COOPERCOCAL, 2018.

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos a cooperativa utilizou recursos próprios resultantes de sobras dos exercícios quotas de reintegração e fundos estatutários.

Política de reinvestimento e distribuição das sobras

Aos associados é garantido estatutariamente as sobras do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Além disso, a Outorgada constituiu reserva legal de 10% da sobra líquido do exercício em um fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição de 50% para cumprir os investimentos necessários ao cumprimento da universalização do serviço.

Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da cooperativa era de R\$ 3.222 mil, sendo compostas por 3.221.574 quotas-parte com valor nominal de R\$ 1,00 real cada.

Comportamento do preço das cotas partes

As quotas-parte permanecem com os preços previstos no Capítulo V, Do Capital Social, Art. 19º do estatuto social.

RELAÇÃO COM ASSOCIADOS



ISO 9001
COOPERCOCAL
55 Anos

Atendimento aos associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a cooperativa coloca à disposição dos seus associados, a Central de Atendimento aos Associados, instalada na sua Sede Social, sito Avenida Dr. Polydoro Santiago, nº 555 – Centro – Cocal do Sul/SC, posto de atendimento localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 116 – Centro – Urussanga/SC e COD (Centro de Operação e Distribuição), com plantão 24 horas na Rua Elias Rosso, nº 608 – Bairro Boa Vista - Cocal do Sul/SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone (48) 3447-7000, ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do número 0800 48 7019 e através do site www.coopercocal.com.br.

GESTÃO



ISO 9001
COOPERCOCAL
55 Anos

GESTÃO

Administração

No início do ano 2018, a assembleia geral dos associados aprovou o plano de investimentos para o ano corrente, mostrando que as tarifas cobradas espelham com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

A cooperativa vem obtendo êxito na adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico, se deve em grande parte, a qualidade de seu planejamento empresarial envolvendo a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento empresarial e a conseqüente adequação dos objetivos estratégicos, visando aprimorar a gestão a atingir as metas e resultados propostos.

A estratégia da Coopercocal tem sido a de focar na maximização da qualidade, na rentabilidade dos serviços prestados e na preservação do equilíbrio econômico-financeiro da permissão, de forma sustentável, visando atingir a satisfação dos associados, consumidores, colaboradores e fornecedores, enfim, a todos que fazem parte da gestão do negócio.

Gestão pela qualidade total

Em 2018, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade foram mantidas.

Recursos humanos

Em 2018 a cooperativa investiu R\$ 61 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, sendo reembolsado o valor de 44 mil pelo sistema SESCOOP, de modo a manter a cooperativa integrada na evolução nas áreas tecnológica e gerencial e, oferecer aos empregados, oportunidade de desenvolvimento.

A Coopercocal mantém um programa de treinamento intenso de qualificação a seus colaboradores, com foco na segurança do trabalho, índice zero de acidentes, trabalho em equipe, reciclagem além da ampliação de novos conhecimentos. Treinar pessoas é sinônimo de bom atendimento e qualidade nos serviços.

Segue relação dos treinamentos realizados em 2018:

- ✓ NR05 Cipeiros
- ✓ SIPAT
- ✓ Reciclagem de Redes de Distribuição Subterrâneas
- ✓ Trabalho em equipe – ampliando visões
- ✓ Reciclagem de Linha Viva
- ✓ NR12 Operador de Cesto Aéreo
- ✓ Reciclagem Operador de Cesto Aéreo
- ✓ Operador de Motosserra
- ✓ Reciclagem Operador de Motosserra
- ✓ Operador de Subestação
- ✓ Reciclagem Operador de Subestação
- ✓ Operação de Reguladores e Religadores de Tensão
- ✓ Operador de Guindauto
- ✓ NR10
- ✓ NR10 Complementar
- ✓ Reciclagem de NR10
- ✓ NR35 Trabalho em altura
- ✓ XVII Encontro Nacional de Ouvidores do Setor Elétrico
- ✓ Resolução Normativa 414
- ✓ Linha de Vida – FECO S 07
- ✓ Workshop Programa Repense – Excelência no atendimento ao consumidor
- ✓ Mudança de versão: NBR ISO 9001 de 2008 para 2015
- ✓ Sistema Useall – Webmais
- ✓ Sistema Useall E2 – normas e procedimentos da empresa
- ✓ Medidores E430/E450, E650 G2/E750 G2 e Meter. Comm.

A fim de estimular os colaboradores e preocupada com a saúde e bem-estar dos mesmos a Coopercocal concede aos seus empregados os benefícios descritos abaixo:

Bolsa de Estudos - Além dos treinamentos recebidos na empresa a cooperativa também fornece bolsa de estudos a seus colaboradores nos cursos de ensino médio, cursos técnicos, ensino superior e especializações. Os colaboradores também são beneficiados com o auxílio educação do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

Plano de saúde – Ao colaborador é concedido sem custo de mensalidade plano de saúde Unimed Uniflex com 50% de coparticipação, onde a empresa beneficia em 100% o valor da mensalidade. Para os dependentes o valor da mensalidade é dividido entre a cooperativa e o colaborador.

Convênio com academia - Pensando no bem-estar dos colaboradores, a cooperativa incentiva a atividade física. A mesma traz benefícios à saúde dos colaboradores, com reflexo na melhoria do humor e pode reduzir traços de ansiedade. Pessoas saudáveis e bem-dispostas dedicam-se mais ao trabalho, ausentam-se menos de seus setores, respondendo com maior desempenho na equipe.

Convênio Odontológico – A empresa possui convênio odontológico com a OdontoPrév sem custo para o colaborador.

Ginástica Laboral – A Coopercocal oferece ginástica laboral uma vez por semana a seus colaboradores. Dentre os benefícios à saúde do trabalhador, a prática da ginástica laboral melhora a condição física e psicológica do trabalhador; favorece a integração (quando praticada em grupo) dos trabalhadores, melhorando a participação e produção em equipe; corrige vícios posturais; melhora a disposição ao trabalho; reduz patologias e casos de Ler/Dor_t (Lesões por Esforços Repetitivos /Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) e diminui os níveis de estresse e tensão geral.

Vacina da gripe – A cooperativa disponibiliza a vacina contra a gripe (H1N1) gratuitamente a todos os colaboradores. A imunização apresenta benefícios não só para os funcionários, mas para a empresa também. A gripe é uma doença infecciosa e transmissível e a vacina ajuda a diminuir os casos no inverno, prevenindo complicações.

Seguro de vida – Desde o momento da contratação, o colaborador é contemplado com uma apólice de seguro de vida. Do ponto de vista da cooperativa, oferecer um seguro de vida a seus colaboradores representa um benefício que proporciona tranquilidade quanto a segurança do colaborador e de seus familiares.

Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho – Empresa terceirizada a fim de realizar a elaboração dos laudos técnicos e exames periódicos

Vale Alimentação – A cooperativa fornece cartão vale alimentação em valor definido anualmente na convenção coletiva de trabalho.

Uniforme a todos os seus colaboradores – É disponibilizado, gratuitamente aos colaboradores uniformes com a logomarca da empresa, sendo um diferencial para a identificação dos colaboradores.

Responsabilidade social

A cooperativa continua a cumprir seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no balanço social da cooperativa.

Permissionárias em números

Atendimento	2018	2017	%
Número de consumidores	10.666	10.478	1,79
Número de empregados	74	65	13,85
Número de consumidores por empregado	144	161	(10,67)
Número de localidades atendidas	09	09	-
Número de agências	01	01	-
Número de postos de atendimento	01	01	-
Número de postos de arrecadação	-	-	-

Mercado	2018	2017	%
Área de permissão (Km ²)	242	242	-
Geração própria (GWh)	-	-	-
Demanda máxima (MWh)	19,13	17,21	11,16
Suprimento (compra) (MWh)	88.324	84.225	4,87
Distribuição direta (MWh)	81.472	78.118	4,29
Consumo residencial médio (MWh/ano)	1.627	1.591	2,26
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	348,61	303,19	14,98
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	387,85	334,70	15,88
Industrial	345,56	300,74	14,90
Comercial	388,06	337,21	15,08
Rural	277,05	241,16	14,88
Outros	252,87	225,75	12,01
DEC (horas) – Conjunto – Cocal do Sul	9,47	7,20	31,53
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Cocal do Sul	5,75	7,84	(26,66)
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	29,66	29,08	1,99
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	2,55	2,45	4,08
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,04	2,15	(98,14)

Operacionais	2018	2017	%
Número de usinas em operação	-	-	-
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição	711	693	2,60
Número de transformadores	920	898	2,45
Número de postes	10.745	10.593	1,43
Capacidade instalada (Mva)	62,75	60,61	3,53

Financeiros	2018	2017	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	43.780	36.210	20,91
Receita operacional líquida (R\$ mil)	30.034	24.066	24,80
Margem operacional do serviço líquida (%)	8,37	6,90	21,30
EBITDA OU LAJIDA	5.192	4.017	29,25
Sobras líquidas (R\$ mil)	3.664	2.500	46,56

Operacionais	2018	2017	%
Sobras líquidas por lote de mil ações	1.137	781	45,56
Patrimônio líquido (R\$ mil)	30.998	27.310	13,50
Valor patrimonial por lote de mil ações	01	01	-
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	11,82	9,15	29,13
Endividamento do patrimônio líquido (%)			
Em moeda nacional (%)	28,91	30,03	(3,74)
Em moeda estrangeira (%)	-	-	
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários	3,19	3,14	1,59
Energia Comprada por Funcionário	1.194	1.296	(7,87)
Energia Comprada por Consumidor	8,28	8,03	3,11
Retorno de ativos por unidade (%)	9,42	7,46	33,82

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José/SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que novamente se mantiveram unidos nas decisões de interesse da COOPERCOCAL.

Ao quadro funcional, que com empenho e dedicação conseguiu executar as atividades inerentes ao bom desempenho do serviço de distribuição de energia elétrica em nossa área de permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Ao associado consumidor que participou de todas as atividades da permissionária expressando confiança na luta de consolidação do ideal cooperativo.

Cocal do Sul - SC, 19 de abril de 2019.

Altair Lorival de Mélo
Presidente

Nadia Guollo Bortolatto
Secretária

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

ATIVO	Notas	Legislação societária	
		2018	2017
Circulante		7.960	6.757
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.397	1.527
Consumidores	7	4.970	4.700
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.1	(287)	(278)
Depósitos judiciais e cauções	8	18	18
Tributos compensáveis	9	109	126
Almoxarifado operacional	10	191	195
Despesas pagas antecipadamente	11	12	12
Outros ativos circulantes	12	550	457
Não circulante		27.608	25.014
Consumidores	13	186	60
Tributos compensáveis	9	67	126
Outros ativos não circulantes	14	2.556	1.900
Bens e atividades não vinculadas à concessão	15	1.395	1.256
Intangível	16	23.404	21.672
TOTAL DO ATIVO		35.568	31.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fávéri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Legislação societária	
		2018	2017
Circulante		4.836	4.510
Fornecedores	17	1.407	1.181
Obrigações sociais e trabalhistas	18	888	797
Tributos	19	769	193
Provisão para litígios	20	796	583
Encargos setoriais	21	461	29
Passivos regulatórios	22	269	887
Outros passivos circulantes	23	246	840
Não Circulante		3.058	3.692
Provisão para litígios	20	1.605	1.605
Obrigações vinculadas a permissão	24	1.453	2.087
Patrimônio líquido		27.674	23.569
Capital social	25	3.222	3.200
Reserva de capital	26	27	27
Reserva de sobras	27	23.042	19.360
Sobras a disposição da AGO	28	1.383	982
TOTAL DO PASSIVO		35.568	31.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	Legislação societária	
		2018	2017
Ingresso/Receita operacional	29	48.319	40.810
Fornecimento de energia elétrica	29.1	39.816	34.819
Serviços cobráveis	29.2	17	17
Doações, contribuições e subvenções	29.3	3.947	1.375
Outras receitas operacionais	29.4	4.539	4.599
(-) Deduções da receita operacional	30	13.746	12.144
ICMS	30.1	9.346	7.996
Encargos do consumidor	30.2	4.400	4.148
(=) Ingresso/Receita operacional líquida		34.573	28.666
(-) Custo do serviço de energia elétrica	31	30.799	26.080
Energia elétrica comprada para revenda		8.899	5.928
Encargo de uso do sistema de distribuição		5.717	4.230
Proinfa		892	639
Custo de operação	32	15.291	15.283
Pessoal e administradores	32.1	6.286	6.401
Material	32.2	1.431	1.442
Serviços de terceiros	32.2	1.333	1.185
Arrendamentos e aluguéis	32.2	2	2
Seguros	32.2	42	38
Provisões	32.2	222	215
Tributos	32.2	31	30
Amortização	32.2	1.203	1.140
Gastos diversos	32.3	4.236	4.489
Outras despesas operacionais	32.4	505	341
(=) Resultado da Atividade		3.774	2.586
(+/-) Resultado financeiro	33	177	219
Receita financeiras		215	291
Despesas financeiras		(38)	(72)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		3.951	2.805
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
(=) Sobras líquidas do exercício		3.951	2.805
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%		(395)	(281)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%		(197)	(140)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%		(1.976)	(1.402)
(=) SOBRA ABRANGENTE ATRIBUIVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO		1.383	982

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS - ASSOCIADOS/NÃO ASSOCIADOS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL

CNPJ 86.532.348/0001-45

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária		
	Associados	N/Associados	Consolidado
Ingresso/Receita operacional	48.319	-	48.319
Fornecimento de energia elétrica	39.816	-	39.816
Serviços cobráveis	17	-	17
Doações, contribuições e subvenções	3.947	-	3.947
Outras receitas operacionais	4.539	-	4.539
(-) Deduções da receita operacional	13.746	-	13.746
ICMS	9.346	-	9.346
Encargos do consumidor	4.400	-	4.400
(=) Ingresso/Receita operacional líquida	34.573	-	34.573
(-) Custo do serviço de energia elétrica	30.799	-	30.799
Energia elétrica comprada para revenda	9.791	-	9.791
Encargo de uso do sistema de distribuição	5.717	-	5.717
Custo de operação	15.291	-	15.291
Pessoal e administradores	6.286	-	6.286
Material	1.431	-	1.431
Serviços de terceiros	1.333	-	1.333
Arrendamentos e aluguéis	2	-	2
Amortização	1.203	-	1.203
Provisões	222	-	222
Outros	4.814	-	4.814
(=) Resultado da Atividade	3.774	-	3.774
(+/-) Resultado financeiro	177	-	177
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda	3.951	-	3.951
(-) Contribuição social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício	3.951	-	3.951
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(395)	-	(395)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(197)	-	(197)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	(1.976)	-	(1.976)
(=) SOBRA ABRENGENTE ATRIBUIVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	1.383	-	1.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária							Total
	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Sobras				Sobras a disposição da AGO	
			Fundo de reserva legal	FATES	Fundo de apoio II. pública	Fundo de expansão manut. Serv. de distrib.		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.167	27	8.927	540	752	6.786	380	20.579
Integralização de quotas	38	-	-	-	-	-	-	38
Devolução de quotas	(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	(155)	-	-	(380)	(535)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	2.805	2.805
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	281	-	-	-	(281)	-
FATES	-	-	-	446	-	-	(140)	306
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	1.783	(1.402)	381
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.200	27	9.208	831	752	8.569	982	23.569
Integralização de quotas	26	-	-	-	-	-	-	26
Devolução de quotas	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	(128)	-	-	(982)	(1.110)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	3.951	3.951
Destinação Estatutária:								
Fundo de reserva legal	-	-	395	-	-	-	(395)	-
FATES	-	-	-	458	-	-	(197)	261
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	2.957	(1.976)	981
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.222	27	9.603	1.161	752	11.526	1.383	27.674

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
 CNPJ 86.532.348/0001-45
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2018	2017
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	3.951	2.805
(+/-) Resultados Abrangentes	-	-
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do RATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.951	2.805
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	3.951	2.805
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(395)	(281)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(197)	(140)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	(1.976)	(1.402)
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	1.383	982

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
 Presidente
 CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
 Contador
 CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2018	2017
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	3.951	2.805
Ajuste ao resultado líquido	920	920
Depreciação e amortização	911	857
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	63
Resultado ajustado do exercício	4.871	3.725
Variações no ativo circulante	(341)	(615)
Consumidores	(270)	(835)
Serviços em curso	-	345
Tributos compensáveis	18	192
Depósitos judiciais e cauções	-	(18)
Amoxarifado operacional	3	(30)
Despesas antecipadas	1	(6)
Outros ativos circulantes	(93)	(263)
Variações no passivo circulante	326	(1.357)
Fornecedores	226	258
Empréstimo, financiamentos	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	91	30
Tributos	577	23
Provisões para litígios	212	333
Encargos setoriais	432	(558)
Passivos regulatórios	(618)	(1.652)
Outros passivos circulantes	(594)	209
Variações no ativo não circulante	(722)	(713)
Consumidores	(126)	-
Tributos compensáveis	60	65
Outros ativos não circulantes	(656)	(778)
Variações no passivo não circulante	(635)	409
Obrigações vinculadas a permissão	(635)	409
Total das atividades operacionais	3.499	1.449
Atividades de investimento		
Aumento de investimento	(139)	(98)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado	(2.644)	(1.324)
Total das atividades de investimento	(2.783)	(1.422)
Atividades de financiamento		
Utilização das reservas	132	151
Capital a integralizar	22	33
Total das atividades de financiamento	154	184
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa	870	211
Saldo inicial de caixa	1.527	1.316
Saldo final de caixa	2.397	1.527
Variação do caixa e equivalente de caixa	870	211

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2018	2017
Receitas	48.098	40.595
Venda de energia e serviços	39.834	34.836
Doações, contribuições e subvenções	3.947	1.375
Outras receitas	4.539	4.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(222)	(215)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	27.458	22.441
Insumos consumidos	19.908	14.945
Materiais e serviços de terceiros	2.764	2.626
Outros	4.786	4.870
(=) Valor adicionado bruto	20.640	18.154
(-) Quotas de reintegração	1.203	1.140
Depreciação, amortização e exaustão	1.203	1.140
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	19.437	17.014
(+) Valor adicionado recebido em transferência	215	291
Receitas financeiras	215	291
(=) Valor adicionado total a distribuir	19.652	17.305
Distribuição do valor adicionado	19.652	17.305
Pessoal	5.178	5.336
Remuneração direta	4.258	4.432
Encargos sociais (FGTS/PIS)	181	186
Assistência médica/plano de saúde	218	182
Outros	521	536
Governo	10.485	9.092
Federais	1.108	1.066
INSS (sobre folha de pagamento)	1.108	1.066
Estaduais	9.374	8.023
ICMS	9.346	7.996
IPVA	24	23
Outros	4	4
Municipais	3	3
IPTU	3	3
Financiadores	38	72
Despesas financeiras	38	72
Remuneração de capitais próprios	3.951	2.805
Sobras do exercício	3.951	2.805
Valor adicionado (médio) por empregado	269	266

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

42

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária	
	2018	2017
TOTAL DE RECURSOS	3.951	2.805
RECURSOS COM ASSOCIADOS	3.951	2.805
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com associados)	3.951	2.805
RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS	-	-
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com não associados)	-	-
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(2.568)	(1.823)
Fundo de Reserva	(395)	(281)
FATES (Atividades com associados)	(197)	(140)
Fundo de Expansão e Manut. do Serv. de Distrib.	(1.976)	(1.402)
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA AGO	1.383	982

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** **(Valores expressos em milhares de reais)**

1 – Contexto operacional

A permissionária é uma sociedade cooperativa, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, de capital aberto, controlada pelos associados, com atividade de distribuição de energia elétrica, atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Atendemos a 14.671 associados, sendo destes, 10.666 consumidores (informações examinadas pelos auditores) inclusive consumidores livres na forma da regulamentação do setor elétrico.

2 – Das permissões

A Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL detém a permissão, válida até o ano de 2040, para a distribuição de energia elétrica no município de Cocal do Sul e em parte dos municípios de Urussanga, Criciúma, Pedras Grandes, Orleans, Morro da Fumaça, Lauro Müller, Siderópolis e Treviso, todos do Estado de Santa Catarina, conforme contrato nº 034/2010-ANEEL.

3 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC TG 1.000, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação

específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC TG 2004, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da COOPERCOCAL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa Energética Cocal – COOPERCOCAL apresenta, no encerramento do exercício de 2018, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

4 – Principais práticas contábeis

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais, se necessário, conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 13 de dezembro de 2018 e referenciada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de fevereiro de 2019.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

- **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2018, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

- **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

- **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais e elas relacionadas.

- **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela COOPERCOCAL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 47, aprovada pela Resolução 2016 NBC TG 47 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

- **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 47 “Receitas de Contratos de Clientes”, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

- **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

- **Apuração de resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

- **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua destinação, obedecendo ao disposto na Lei nº 5.764/71 e Estatuto Social.

5 - Caixa e equivalente de caixa

5.1 - Caixa

Legislação societária		
	2018	2017
Caixa	2	3
Bancos	765	455
Fundo de caixa	5	4
Numerário em trânsito	49	41
Total	821	503

5.2 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2018	2017
Banco do Brasil S/A	FUNDOS INV.	Indeterminado	Diária	500	187
Caixa Econômica Federal	FUNDOS INV.	Indeterminado	Diária	1.076	837
Total				1.576	1.024

6 - Consumidores

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos quatro dias, referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

Número de consumidores	Legislação societária	
	2018	2017
Faturados	10.666	10.478
Total	10.666	10.478

7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias

7.1 - Composição das contas a receber COMERCIAL

Legislação societária								
					Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	2018	2017	2018	2017
Residencial	752	270	85	1.107	87	77	1.120	889
Industrial	1.432	163	227	1.822	100	100	1.722	1.703
Consumidor Livre	210	-	-	210	-	-	210	177
Comercial	390	77	17	484	14	10	470	466
Rural	168	46	5	219	5	7	214	198
Poder Público	21	1	-	22	-	-	22	20
Iluminação Pública	19	-	55	74	55	55	19	19
Serviço Público	20	-	-	20	-	-	20	28
Renda N/ Faturada	808	-	-	808	-	-	808	765
Subtotal - Consumidores	3.820	557	389	4.766	261	249	4.505	4.265
Serviços Cobráveis	1	1	3	5	2	1	3	5
Parc. de Créditos a	16	5	20	41	9	9	31	23
Outros Créditos	41	14	103	158	15	19	144	129
Total	3.878	577	515	4.970	287	278	4.683	4.422

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias e;
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

8 - Depósitos judiciais e cauções

Legislação societária		
	2018	2017
Depósitos judiciais e cauções	18	18
Total	18	18

9 - Tributos a compensar

9.1 - Circulante

Legislação societária		
	2018	2017
ICMS	109	126
Total	109	126

9.2 - Não circulante

Legislação societária		
	2018	2017
ICMS	67	126
Total	67	126

10 - Almojarifado operacional

Legislação societária		
	2018	2017
Almojarifado em serviço	174	147
Adiantamento a fornecedores	17	48
Total	191	195

11 - Despesas pagas antecipadamente

Legislação societária		
	2018	2017
Seguros	12	12
Total	12	12

12 - Outros ativos circulantes

Legislação societária		
	2018	2017
Empregados	40	45
Fornecedores	78	29
Serviços prestados a terceiros	1	1
Alienação de bens e direitos	7	-
Rendas a receber	35	34
Reembolso do fundo da CDE	349	346
Desativações, alienações e dispêndios em curso	40	2
Total	550	457

13 - Consumidores

Legislação societária		
	2018	2017
Recuperação judicial	186	60
Total	186	60

14 - Outros ativos não circulantes

Legislação societária		
	2018	2017
Recuperação judicial – Compartilhamento postes	-	3
Iluminação pública - Precatórios	-	2
Ativo reversível	2.546	1.895
Consórcio	10	-
Total	2.556	1.900

15 - Bens e atividades não vinculadas à concessão

Legislação societária		
	2018	2017
Avaliadas pelo custo de aquisição		
Fecoerusc – Oficina de transformadores	-	16
Sicoob Credisulca SC	18	16
Subtotal	18	32
Outros investimentos		
Sede recreativa	1.377	1.224
Subtotal	1.377	1.224
Total	1.395	1.256

16 - Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais vinculadas	Legislação societária	
				2018	2017
				Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	29.701	7.872	1.416	20.414	19.097
Bens da permissão	29.701	7.872	1.416	20.414	19.097
Administração	1.330	814	-	516	529
Bens da permissão	1.330	814	-	516	529
Subtotal	31.031	8.686	1.416	20.930	19.626
Em curso					
Distribuição	1.059	-	36	1.022	(42)
Bens da permissão	1.059	-	36	1.022	(42)
Subtotal	1.059	-	36	1.022	(42)
Total	32.090	8.686	1.452	21.952	19.584

17 - Fornecedores

Legislação societária		
	2018	2017
Suprimento de energia elétrica	1.406	1.141
Materiais e serviços	1	40
Total	1.407	1.181

18 - Obrigações sociais e trabalhistas

Legislação societária		
	2018	2017
Empregados / Diretores	226	206
Férias	569	507
Tributos retidos na fonte	92	83
Consignações em favor de permissão e ou terceiros	1	1
Total	888	797

19 - Tributos

Legislação societária		
	2018	2017
PIS/COFINS/CSLL	1	1
ICMS	635	73
Previdência social – Empresa	91	82
FGTS	37	33
PIS	5	4
Total	769	193

20 - Provisão para litígios

20.1 - Circulante

Legislação societária		
	2018	2017
Trabalhista	559	369
Cíveis	209	186
Fiscais	28	28
Total	796	583

20.2 - Não circulante

Legislação societária		
	2018	2017
Fiscais	1.605	1.605
Total	1.605	1.605

20.3 - Provisões para contingência

Legislação societária						
2018				2017		
Valor da provisão				Valor da provisão		
Litígios	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	No exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Trabalhistas						
Diversos	189	559	-	182	188	-
Subtotal	189	559	-	182	188	-
Cíveis						
Diversos	23	209	-	151	35	-
Subtotal	23	209	-	151	35	-
Fiscais						
ISS	-	27	-	-	27	-
PIS	-	286	-	-	286	-
COFINS	-	1.319	-	-	1.319	-
Subtotal	-	1.632	-	-	1.632	-
Total	212	2.400	-	333	1.855	-

21 - Encargos setoriais

Legislação societária		
	2018	2017
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	23	22
Conta de desenvolvimento energético – CDE	431	-
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	6	6
Demais encargos setoriais	1	1
Total	461	29

22 - Passivos regulatórios

Legislação societária		
	2018	2017
Neutralidade da parcela “A”	96	357
Adicional bandeiras	173	530
Total	269	887

23 - Outros passivos circulantes

Legislação societária		
	2018	2017
Consumidores	7	7
Crédito convênio arrecadação – COSIP	74	142
Convênio arrecadação – Associações	22	23
Cooperativa central Aurora alimentos	143	668
Total	246	840

24 - Obrigações vinculadas a permissão

	Custo	Amortização acumulada	Legislação societária	
			2018 Valor líquido	2017 Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	1.632	216	1.416	1.329
Bens da permissão	1.632	216	1.416	1.329
Em curso				
Distribuição	37	-	37	758
Bens da permissão	37	-	37	758
Total	1.669	216	1.453	2.087

25 - Capital social

Legislação societária		
	2018	2017
Capital subscrito	3.234	3.211
(-) Capital a integralizar	(12)	(11)
Total	3.222	3.200

26 - Reservas de capital

Legislação societária		
	2018	2017
Reserva de associados	27	27
Total	27	27

27 - Reservas de sobras

Legislação societária		
	2018	2017
Fundo de reserva legal	9.603	9.208
Fundo de assistência técnica educacional e social	1.161	831
Fundo de apoio a iluminação pública	752	752
Fundo exp. e manutenção do serviço de distribuição	11.526	8.569
Total	23.042	19.360

28 - Sobras acumuladas

Legislação societária		
	2018	2017
Sobras a disposição da AGO	1.383	982
Total	1.383	982

29 - Receita operacional

29.1 - Fornecimento de energia elétrica

Legislação societária		
	2018	2017
Residencial	9.180	7.762
Industrial	20.143	15.952
Comercial	4.272	3.585
Rural	1.893	1.592
Poderees públicos	398	340
Iluminação pública	1.229	1.027
Serviços públicos	290	302
(-) Devolução de energia	(22)	(28)
Neutralidade da parcela "A"	264	649
Renda não faturada	43	231
(-) Transferência para obrigações especiais	-	(91)
Consumidores livres - industrial	2.126	2.067
Demais ativos e passivos setoriais - bandeiras	-	1.431
Total	39.816	34.819

29.2 - Serviços cobráveis

Legislação societária		
	2018	2017
Taxas de serviços	17	17
Total	17	17

29.3 - Doações, contribuições e subvenções

Legislação societária		
	2018	2017
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – baixa renda	62	61
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE - rural	755	575
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – serv. público	79	48
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – fonte incentivada	701	160
Recursos rec. ELETROBRÁS - CDE – densidade carga	2.216	531
Recursos rec. ELETROBRÁS – Ex-Isolados	134	-
Total	3.947	1.375

29.4 - Outras receitas operacionais

Legislação societária		
	2018	2017
Uso de redes compartilhado	298	268
Renda da prestação de serviços	-	-
Administração COSIP	159	130
Receita com construção	4.041	4.198
Ganho na alienação de materiais	41	3
Total	4.539	4.599

30 - (-) Deduções da receita operacional

30.1 - Tributos

Legislação societária		
	2018	2017
ICMS	9.346	7.996
Total	9.346	7.996

30.2 - Encargos do consumidor

Legislação societária		
	2018	2017
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2.457	2.431
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE	66	59
Adicional bandeiras	1.877	1.658
Total	4.400	4.148

31 - (-) Custo do serviço de energia elétrica

Legislação societária		
	2018	2017
Microgeração	18	7
Energia elétrica comprada para revenda	8.881	5.921
Encargos de uso do sistema	5.717	4.230
Energia PROINFA	892	639
Total	15.508	10.797

32 - Custo de operação

32.1 - Pessoal e administradores

Legislação societária		
	2018	2017
Pessoal	5.834	5.964
Administradores	452	437
Total	6.286	6.401

32.2 - Demais custos operacionais

Legislação societária		
	2018	2017
Material	1.431	1.442
Serviços de terceiros	1.333	1.185
Arrendamentos e aluguéis	2	2
Seguros	42	38
Provisões	222	215
Tributos	31	30
Amortização	1.203	1.140
Total	4.264	4.052

32.3 - Gastos diversos

Legislação societária		
	2018	2017
Indenização por perdas e danos	95	154
Custo com construção	4.041	4.198
Organizações e federações	23	24
Outros	77	113
Total	4.236	4.489

32.4 - Outras despesas operacionais

Legislação societária		
	2018	2017
Perdas na alienação e desativação	265	167
Outras despesas	240	174
Total	505	341

33 - Resultado financeiro

Legislação societária		
	2018	2017
Receitas financeiras	215	291
Despesas financeiras	(38)	(72)
Total	177	219

34 - Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto a COOPERCOCAL, como opera somente com associados, não provisionou impostos de renda e contribuição social.

35 - Participação nos resultados

A COOPERCOCAL não possui nenhum programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

36 - Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

Legislação societária		
	2018	2017
Plano de saúde	203	160
Vale alimentação	388	321
Seguro de vida	31	32
Cursos, treinamentos e outros	17	110
Bolsa de estudo	21	17
Total	660	640

- Plano de saúde Unimed Uniflex Sul para colaboradores e Co-Participação 50% para dependentes.
- Seguro de vida;
- Bolsa de estudo – com limite de R\$ 130,00;
- Convênio para saúde ocupacional e segurança no trabalho.

37 - Transações com partes relacionadas

A COOPERCOCAL não efetuou transações com partes relacionadas no exercício de 2018.

38 - Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A permissionária avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Existem consumidores com montantes expressivos que possam significar risco a atividade.

c) Moeda estrangeira

A COOPERCOCAL não contratou operações com moeda estrangeira no exercício de 2018.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis, o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,65 e 1,36 respectivamente, não havendo indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio e longo prazo.

39 – Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações do Resultado do Exercício Segregado por Atividade, em 31 de dezembro de 2018, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS SEGREGADO POR ATIVIDADES
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos milhares de reais)

	Legislação societária				
	GER	TRA	DIS	AV	CONS
Ingresso/Receita operacional bruta	-	-	48.319	-	48.319
Fornecimento de energia elétrica	-	-	39.816	-	39.816
Serviços cobráveis	-	-	17	-	17
Doações, contribuições e subvenções	-	-	3.947	-	3.947
Outras receitas operacionais	-	-	4.539	-	4.539
(-) Deduções da receita operacional	-	-	13.746	-	13.746
ICMS	-	-	9.346	-	9.346
Encargos setoriais	-	-	4.400	-	4.400
(=) Ingresso/Receita operacional líquida	-	-	34.573	-	34.573
(-) Custo do serviço de energia elétrica	-	-	30.799	-	30.799
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	9.791	-	9.791
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	5.717	-	5.717
Custo de operação	-	-	15.291	-	15.291
Pessoal e administradores	-	-	6.286	-	6.286
Material	-	-	1.431	-	1.431
Serviços de terceiros	-	-	1.333	-	1.333
Arrendamentos e aluguéis	-	-	2	-	2
Amortização	-	-	1.203	-	1.203
Provisões	-	-	222	-	222
Outros	-	-	4.814	-	4.814
(=) Resultado da Atividade	-	-	3.774	-	3.774
(+/-) Resultado financeiro	-	-	177	-	177
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda	-	-	3.951	-	3.951
(-) Contribuição social	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-	-	-
(=) Sobras líquida do exercício	-	-	3.951	-	3.951
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	-	-	(395)	-	(395)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	-	-	(197)	-	(197)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	-	-	(1.976)	-	(1.976)
(=) SOBRA ABRENGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	-	-	1.383	-	1.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

39.1 - Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por unidade de negócio

Na Unidade de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preço contratadas entre as partes conforme segue abaixo:

Unidade	Receita de unidade	
	D	Total
Geração – G	-	-
Transmissão – T	-	-
Distribuição – D	48.319	48.319
Atividades não vinculadas - AV	-	-
Total	48.319	48.319

39.1.1 - Conciliação das demonstrações de resultado

	Unidade de negócio	Permissionária	Diferença
Receita operacional	48.319	48.319	-
Deduções da receita operacional	13.746	13.746	-
Receita operacional líquida	34.573	34.573	-
Despesas operacionais	30.799	30.799	-
Resultado do serviço	3.774	3.774	-
Sobra antes da tributação e participações	3.951	3.951	-
Sobra líquida do exercício	3.951	3.951	-

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados, com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como, impostos e contribuições, foram calculados sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas na unidade de negócio.

40 - Seguros

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Premio líquido
Equipamentos nomeados – Subestação 69 Kv	09/05/2019	6.000	9
Incêndio – imóveis próprios – sede administrativa	21/06/2019	7.000	4
Veículos – Volkswagen Voyage – placa MHU 2069	18/04/2019	100%	2
Veículos – Volkswagen Gol – placa MKD 5087	18/04/2019	100%	4
Veículos – Volkswagen Gol – placa QIP 6935	18/04/2019	100%	5
Equipamentos – 13 transformadores regulador tensão	24/02/2019	644	3

Equipamentos nomeados

Na apólice contratada foi destacada a subestação 69 KV - COOPERCOCAL, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básicas tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Veículos

A avaliação dos veículos atende a publicações da FIPE no estado de Santa Catarina, sendo a base para indenização de sinistro quando ocorrer perda total.

41 - Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades são:

- Efeitos econômicos de instabilidade política e social;
- Marcos regulatórios que impactem substancialmente as tarifas de fornecimento.
- Migração expressiva de consumidores cativo ao mercado livre.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL CNPJ 86.532.348/0001-45

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante		7.960	6.757
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.397	1.527
Consumidores	4	4.683	4.422
Depósitos judiciais e cauções		18	18
Tributos compensáveis		109	126
Almoxarifado operacional		191	195
Despesas pagas antecipadamente		12	12
Ativos financeiros setoriais	6	349	345
Outros ativos circulantes		201	112
Ativo não circulante		30.932	28.755
Consumidores		186	60
Tributos compensáveis		67	126
Outros ativos não circulantes		10	6
Bens e atividades não vinculadas à concessão		1.395	1.256
Imobilizado	5	29.180	27.178
Intangível		94	129
Total do ativo		38.892	35.512

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Passivo circulante		4.836	4.510
Fornecedores		1.407	1.181
Obrigações sociais e trabalhistas		888	797
Tributos		769	193
Provisão para litígios	9	796	583
Encargos setoriais		461	29
Passivos financeiros setoriais	6	269	887
Outros passivo circulantes		246	840
Passivo não circulante		3.058	3.692
Provisão para litígios	9	1.605	1.605
Obrigações vinculadas a permissão	10	1.453	2.087
Total do passivo		7.894	8.202
Patrimônio líquido	11		
Capital social		3.222	3.200
Reserva de capital		27	27
Outros resultados abrangentes		4.586	4.717
Reserva de Sobras		21.880	18.491
Sobras a disposição da AGO		1.283	875
Total do patrimônio líquido		30.998	27.310
Total do passivo e do patrimônio líquido		38.892	35.512

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
		43.780	36.210
Fornecimento de energia elétrica	12	37.690	31.320
Disponibilização do sistema de distribuição		2.126	2.067
Ativos e passivos financeiros setoriais		-	1.431
Serviços cobráveis		17	17
Doações, contribuições e subvenções		3.947	1.375
Tributos		(9.346)	(7.996)
ICMS		(9.346)	(7.996)
Encargos - Parcela "A"		(4.400)	(4.148)
Conta de desenvolvimento energético - cde		(2.457)	(2.431)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		(66)	(59)
Outros encargos		(1.877)	(1.658)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		30.034	24.066
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
		(15.508)	(10.797)
Energia elétrica comprada para revenda		(9.791)	(6.567)
Encargo de uso do sistema de distribuição		(5.717)	(4.230)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		14.526	13.269
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
		(11.032)	(11.049)
Pessoal e administradores	14	(6.286)	(6.401)
Material		(1.431)	(1.442)
Serviços de terceiros		(1.333)	(1.185)
Arrendamentos e aluguéis		(2)	(2)
Seguros		(42)	(38)
Provisões		(222)	(215)
(-) Recuperação de despesas		144	76
Tributos		(31)	(30)
Depreciação e amortização		(1.490)	(1.445)
Gastos diversos		(339)	(367)
Outras receitas operacionais		498	402
Outros despesas operacionais		(505)	(341)
Resultado da Atividade		3.487	2.281
Resultado financeiro			
		177	219
Receita financeiras		215	291
Despesas financeiras		(38)	(72)
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		3.664	2.500
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		3.664	2.500
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade			
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados		1,14	0,78

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

71

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	2018	2017
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	3.664	2.500
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Reversão Reserva de Reavaliação NBC TG 27 R2	-	-
Reversão Reserva do RATES NBC T 10.8 IT 01	-	-
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.664	2.500
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado Líquido do Exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	3.664	2.500
Fundo de Reserva - Art. 55 - Estatuto Social - 10%	(366)	(250)
RATES - Art. 56 - Estatuto Social - 5%	(183)	(125)
Fundo Expansão e Manut. Serv. Distrib. - Art. 57 - Estatuto Social - 50%	(1.832)	(1.250)
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	1.283	875

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de Sobras			Sobras a disposição da AGO	Total	
				Fundo de reserva legal	FATES	Fundo de apoio II. pública			Fundo de expansão manut. Serv. de distrib.
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.167	27	4.888	8.860	506	752	6.328	268	24.796
Integralização de quotas	38	-	-	-	-	-	-	-	38
Devolução de quotas	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(5)
VRN - reavaliação	-	-	(171)	-	-	-	-	-	(171)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(154)	-	-	(268)	(422)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.500	2.500
Destinação Estatutária:									
Fundo de reserva legal	-	-	-	250	-	-	-	(250)	-
FATES	-	-	-	-	431	-	-	(125)	306
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	-	1.518	(1.250)	268
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.200	27	4.717	9.110	783	752	7.846	875	27.310
Integralização de quotas	26	-	-	-	-	-	-	-	26
Devolução de quotas	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(4)
VRN - reavaliação	-	-	(131)	-	-	-	-	-	(131)
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	(129)	-	-	(875)	(1.004)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.664	3.664
Destinação Estatutária:									
Fundo de reserva legal	-	-	-	366	-	-	-	(366)	-
FATES	-	-	-	-	444	-	-	(183)	261
Fundo exp. e manut. serv. distrib.	-	-	-	-	-	-	2.707	(1.832)	875
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.222	27	4.586	9.476	1.098	752	10.553	1.283	30.997

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Atividades operacionais			
Sobra líquida do exercício		3.664	2.500
Ajuste ao resultado líquido		789	795
Depreciação e amortização		780	732
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		9	63
Resultado ajustado do exercício		4.453	3.295
Variações no ativo circulante		(341)	(615)
Consumidores		(270)	(835)
Serviços em curso		-	345
Depósitos judiciais e cauções		-	(18)
Tributos compensáveis		18	192
Amoxarifado operacional		3	(30)
Despesas antecipadas		1	(6)
Ativos financeiros setoriais		(3)	(290)
Outros ativos circulantes		(90)	27
Variações no passivo circulante		326	(1.357)
Fornecedores		226	258
Empréstimo, financiamentos		-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		90	30
Tributos		577	23
Provisões para litígios		213	333
Encargos setoriais		432	(558)
Passivos financeiros setoriais		(618)	(1.652)
Outros passivos circulantes		(594)	209
Variações no ativo não circulante		(70)	220
Consumidores		(126)	-
Tributos compensáveis		60	65
Outros ativos não circulantes		(4)	155
Variações no passivo não circulante		(635)	409
Empréstimos e financiamentos		0	0
Obrigações vinculadas a permissão		(635)	409
Total das atividades operacionais		3.733	1.952
Atividades de investimento			
Aumento de investimento		(139)	(98)
Pagamento pela compra de bens para imobilizado		(2.748)	(1.656)
Total das atividades de investimento		(2.887)	(1.754)
Atividades de financiamento			
VNR - reavaliação		(130)	(171)
Utilização das reservas		132	151
Capital a integralizar		22	33
Total das atividades de financiamento		24	13
Total dos efeitos no caixa e equivalente de caixa		870	211
Saldo inicial de caixa		1.527	1.316
Saldo final de caixa		2.397	1.527
Variação do caixa e equivalente de caixa		870	211

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017** **(Valores expressos em milhares de reais)**

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, a Coopercocal está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da parcela “A” e parcela “B” mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de

eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Coopercocal solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado “Livre Acesso”, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina e repassados as permissionárias supridas.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as

políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Coopercocal. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas **35 a 43**, em conjunto com as Notas Explicativas apresentadas nas páginas **44 a 67**, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e

passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de Permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em **24 de abril de 2014**. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Coopercocal não agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou

constituição de ativo qualificável considerando que os investimentos são financiados com recursos próprios advindos de resultados de exercícios e fundos estatutários. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: não foi realizada qualquer reavaliação no balanço societário.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2014, com base em Laudo de Reavaliação de Ativos e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Coopercocal é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Permissionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Residencial	1018	-	5	8	8	70	87	2	2	2	8	6	1.030	901
- Industrial	1595	-	0	0	127	100	100	1	6	1	7	1	1.736	1.708
- Comercial	466	-	0	3	3	12	14	2	2	1	5	3	476	470
- Rural	213	-	0	0	0	5	5	1	0	1	-	-	215	200
- Poderes Públicos	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	20
- Iluminação Pública	19	-	-	-	-	55	55	-	-	-	-	-	19	19
- Serviço Público	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	28
- Serviço Taxado	1	-	1	3	-	-	2	-	-	-	-	-	3	4
- Fornecimento Não Faturado	808	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	808	765
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210	178
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	4.372	-	6	14	138	242	263	6	10	4	20	10	4.539	4.293
Outros	42	-	15	102	-	-	15	-	-	-	-	-	144	129
TOTAL	4.414	-	21	116	138	242	278	6	10	4	20	10	4.683	4.422

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	37.048	3.655	1.294	-	-	39.409	2.361	(11.707)	27.702	26.042	-	-	-
Terrenos	163	-	-	-	-	163	-	-	163	163	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	265	-	-	-	-	265	-	(109)	156	165	-	-	-
Máquinas e equipamentos	36.150	3.655	1.294	-	-	38.511	2.361	(11.267)	27.244	25.535	-	-	-
Veículos	447	-	-	-	-	447	-	(313)	134	172	-	-	-
Móveis e utensílios	23	-	-	-	-	23	-	(17)	6	7	-	-	-
Administração	951	55	10	-	-	995	44	(575)	420	419	-	-	-
Terrenos	2	-	-	-	-	2	-	-	2	2	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	552	-	-	-	-	552	-	(318)	234	253	-	-	-
Máquinas e equipamentos	207	33	10	-	-	230	23	(121)	109	100	-	-	-
Veículos	110	-	-	-	-	110	-	(75)	34	43	-	-	-
Móveis e utensílios	80	22	-	-	-	102	22	(61)	40	21	-	-	-
Subtotal	37.998	3.710	1.304	-	-	40.404	2.405	(12.282)	28.122	26.461	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	716	11.201	10.858	-	-	1.059	343	-	1.059	716	-	-	-
Máquinas e equipamentos	9	3.812	3.654	-	-	167	157	-	167	9	-	-	-
Outros	707	7.389	7.203	-	-	892	185	-	892	707	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	716	11.201	10.858	-	-	1.059	343	-	1.059	716	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	38.714	14.910	12.162	-	-	41.462	2.748	(12.282)	29.180	27.177	-	-	-

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Distribuição	234	-	-	-	-	234	-	145	89	123
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	234	-	-	-	-	234	-	145	89	123
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	20	-	-	-	-	20	-	16	5	6
Softwares	20	-	-	-	-	20	-	16	5	6
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	254	-	-	-	-	254	-	161	94	129
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	254	-	-	-	-	254	-	161	94	129

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	36.150	3.655	1.293	-	-	38.511	2.361
Transformador de Distribuição	6.704	298	486	-	-	6.516	(188)
Medidor	1.633	149	108	-	-	1.674	41
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	6.195	932	191	-	-	6.936	741
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	13.773	2.180	487	-	-	15.466	1.693
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	5.564	4	-	-	-	5.568	4
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	2.280	91	22	-	-	2.349	69
Obrigações Especiais do AIS Bruto	1.484	147	-	-	-	1.632	147
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	1.484	147	-	-	-	1.632	147
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2018			2017	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,26	39.643	11.852	27.791	26.165
Custo histórico	3,80	32.240	7.872	24.368	22.313
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	4,72	7.403	3.981	3.422	3.852
Administração	4,07	1.015	591	425	426
Custo histórico	4,55	1.338	814	524	537
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,59	(323)	(224)	(99)	(111)
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
		40.658	12.443	28.215	26.591
Em curso					
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	1.059	716
Administração	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
		-	-	1.059	716
		40.658	12.443	29.274	27.307

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	178	-	-	-	-	178
Máquinas e Equipamentos	2.993	448	308	-	18	75	3.841
Móveis e Utensílios	18	3	-	-	-	-	22
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	106	33	-	-	-	-	140
Material em Depósito	3.549	-	-	-	-	-	3.549
Compras em Andamento	3.259	-	-	-	-	-	3.259
Adiantamentos a Fornecedores	356	-	-	-	-	-	356
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	10.281	662	308	-	18	75	11.344

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69KV	6,67%
Chave de distribuição classe de tensão inferior a 69KV	6,67%
Condutor do sistema classe de tensão inferior a 69KV	3,57%
Estrutura (poste) do sistema	3,57%
Regulador de tensão classe de tensão inferior a 69KV	4,35%
Transformador de classe de tensão inferior a 69KV	4,00%
Administração central	
Servidor ML 350P - Equipamento geral de informática	16,67%
Servidor ML 350P - Equipamento geral de informática	5,88%
Sistema de cabo de fibra óptica - Sistema de comunicação local	6,67%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na Permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. CONSTRUÇÃO ALIMENTADOR SÃO PEDRO - URUSSANGA/SC - PROC Nº 2785/18	827
2. EXPANSÃO IMPLANTAR POSTES M.T. DE MONOF. PARA TRIF. - PROC.Nº 13750/18	148
3. EXPANSÃO SUBSTITUIR CONDUTOPRES E POSTES M.T. - PROC.Nº 4011/18	119
4. EXPANSÃO IMPLANTAR POSTES E DESLOCAR REDE DE M.T. - PROC.Nº 6224/18	96
5. EXPANSÃO SUBSTITUIR POSTES E CONDUTORES M.T. - PROC.Nº 6854/18	96
6. SUBSTITUIR REGULADORES DE TENSÃO - PROC.Nº 20305/17	86
7. DESLOCAR E ESTENDER REDE DE M.T. - PROC.Nº 1991/18	85
8. EXPANSÃO SUBSTITUIR POSTES E CONDUTORES DE M.T. - PROC.Nº 5818/18	70
9. DESLOCAR REDE DE M.T. PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - PROC.Nº 2986/18	67
10. EXPANSÃO IMPLANTAR POSTES DE M.T. DESLOCANDO REDE - PROC.Nº 10570/18	67

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. DESLOCAR REDE DE M.T. PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - PROC.Nº 2986/18	85
2. EXPANSÃO IMPLANTAR POSTES M.T. DE MONOF. PARA TRIF. - PROC.Nº 13750/18	65
3. EXPANSÃO SUBSTITUIR POSTES E CONDUTORES DE M.T. - PROC.Nº 5818/18	51
4. SUBSTITUIR REGULADOR DE TENSÃO - PROC.Nº 13617/18	50
5. RENOVAÇÃO - DESLOCAR TRANSFORMADOR E REDE M.T. PROC.Nº 1159/18	49
6. EXPANSÃO IMPLANTAR POSTES E DESLOCAR REDE DE M.T. - PROC.Nº 6224/18	49
7. DESATIVAÇÃO - DESATIVAR TRAFÓ E RAMAL PROC.Nº 14100/18	47
8. SUBSTITUIR REGULADORES DE TENSÃO - PROC.Nº 20305/17	47
9. DESLOCAR E ESTENDER REDE DE M.T. - PROC.Nº 1991/18	44
10. SUBSTITUIR POSTES E CONDUTORES DE M.T. PROC.Nº 19772/17	42
Consolidado	

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Demais ativos e passivos financeiros setoriais

Neutralidade da Parcela “A”

É o valor apurado referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da parcela “A”.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	346	3.817	3.814	-	-	349	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	346	3.817	3.814	-	-	349	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	346	3.817	3.814	-	-	349	-	-	-	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amorti-zação	Remune-ração	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2018	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	887	2.004	2.622	-	-	269	95	1	96	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	358	126	388	-	-	96	95	1	96	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adicional Bandeiras	530	1.877	2.233	-	-	174	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	887	2.004	2.622	-	-	269	95	1	96	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

A permissionária não possui Empréstimos e Financiamentos no exercício.

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	2016	2017	2018	2019+	Total
9	Ativos Financeiros	-	2.398	-	2.398										-	-	-	-	-
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	-	2.398	-	2.398	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
9.11	Saldo Final de Caixa - Conta 1101	-	821	-	821	s im									-	-	-	-	-
9.12	Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	s im	CDB DI	-	Diária	Diária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.13	Aplic. Financ. Fundos DI	-	1.576	-	1.576	s im	CDI	-	Diária	Diária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.14	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	s im	CDI	-	Diária	Diária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.15	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-										-	-	-	-	-
9.16	Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-										-	-	-	-	-
9.2	Mútuos Ativos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar			Selecionar			Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
9.2.1	Mútuo 01	-	-	-	-										-	-	-	-	-
9.2.6	Mútuo 02	-	-	-	-										-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

A permissionária não possui Instrumentos Derivativos no exercício.

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	2.398	-	-	2.398	1.527
Alta Liquidez	821	-	-	821	503
Demais Aplicações Financeiras	1.576	-	-	1.576	1.024
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	-	-	-	-

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias não são demonstrados porque a permissionária não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício.

Isto ocorre porque está inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2017	369	186	1.633	-	-	-	2.188
Constituição	190	23	-	-	-	-	213
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	559	209	1.633	-	-	-	2.401

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	-	1.632	-	-	1.632
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,97	4	-	-	4
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,72	1.476	-	-	1.476
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,97	151	-	-	151
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	216	-	-	-	216
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1	-	-	-	1
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	200	-	-	-	200
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	15	-	-	-	15
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	216	1.632	-	-	1.416

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Em serviço	1.484	147	-	-	-	1.632	147	216	1.416	1.330
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4	-	-	-	-	4	-	1	3	3
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	1.329	147	-	-	-	1.476	147	200	1.276	1.184
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	151	-	-	-	-	151	-	15	136	142
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	155	61	-	-	-	216	61	-	216	155
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1	0	-	-	-	1	0	-	1	1
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	145	55	-	-	-	200	55	-	200	145
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	9	6	-	-	-	15	6	-	15	9
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Em curso	757	283	1.003	-	-	37	(721)	-	37	757
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	59	125	147	-	-	37	(23)	-	37	59
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	698	158	856	-	-	-	(698)	-	-	698
Ultrapassagem de demanda	325	96	421	-	-	-	(325)	-	-	325
Excedente de reativos	373	62	435	-	-	-	(373)	-	-	373
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.087	430	1.003	-	-	1.453	(512)	216	1.237	1.932

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO CORREA	35
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não registrou baixas de obrigações especiais no exercício.

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 e de R\$ 3.222 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 18º do estatuto social.

“Art. 18. O capital social da Coopercocal é representado por quotas - partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, não tendo limite quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, porém nunca inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).”

	2018	2017
Capital subscrito	3.233	3.211
(-) Capital a integralizar	(12)	(12)
	3.222	3.200

Reservas de Capital

Reservas de Capital	2018	2017
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2018	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	27	27
	27	27

Outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes	2018	2017
Reavaliação regulatória	4.586	4.717
	4.586	4.717

Reservas de sobras

Reservas de Sobras	2018	2017
Reserva legal	9.477	9.110
Sobras a realizar	-	-
Reserva para investimentos	10.554	7.847
Fundo de assistência técnica educacional e social	1.097	782
Fundo de apoio a iluminação pública	752	752
	21.880	18.491

Sobras

Sobras	2018	2017
Sobras a disposição da AGO	1.283	875
	1.283	875

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício atendendo ao estatuto social e legislação societária.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento - Faturado	10.666	10.478	81.472	78.118	37.382	30.530
Residencial	7.860	7.743	19.527	19.100	9.170	7.737
Industrial	386	353	42.621	39.910	20.140	15.950
Comercial	882	860	8.031	7.993	4.264	3.583
Rural	1.384	1.368	5.715	5.526	1.892	1.591
Poder público	128	128	786	780	397	340
Poder público Iluminação pública Serviço público	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	9	9	4.039	3.899	1.229	1.027
Serviço público	17	17	753	910	290	302
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	10.666	10.478	-	-	2.126	2.067
Consumidores Cativos	10.665	10.477				-
Consumidores Livres	1	1			2.126	2.067
Encargos de conexão de agentes de geração						-
Permissionárias						-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						-
(-) Transferências						(91)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda						(48)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos						(43)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					43	231
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros					264	2.080
Setoriais						
Serviços Cobráveis					17	17
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					3.947	1.375
Total					43.780	36.210

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2018 e 2017, a Coopercocal não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2018	2017
Pessoal	5.834	5.964
Remuneração	3.457	3.380
Encargos	1.245	1.209
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	74	314
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	710	681
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	349	381
Administradores	451	437
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	441	426
Benefícios dos administradores	10	11
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	6.286	6.401

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A permissionária não apurou Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício, pois esta inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A permissionária não atua nos negócios de geração, transmissão e comercialização.

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A permissionária possui somente uma Unidade de Negócio.

Receita da unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	43.780	-	43.780
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
	-	-	43.780	-	43.780

Conciliação das demonstrações de resultado

	Unidade de negócio	Outorgada	Diferença
Receita	43.780	43.780	-
Deduções da receita	13.746	13.746	-
Receita líquida	30.034	30.034	-
Gastos	26.540	26.540	-
Resultado do serviço	3.487	3.487	-
Sobras antes da tributação e participações	3.664	3.664	-
Sobras líquidas (perdas) do exercício	3.664	3.664	-

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011. as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos

Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

As tarifas, homologadas produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2014 até 27 de setembro de 2015. Em setembro de 2014, a ANEEL homologou a revisão tarifária da Coopercocal através da Resolução Homologatória nº 1.795./2014.

Com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória a ser encaminhado para análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, essa permissionária estima que as tarifas de fornecimento serão aumentadas quando definidas pela ANEEL.

Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na estrutura tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas na alteração dos Submódulos 8.1, 8.2, 8.3 e acrescentou o Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

Através de aditivo de contrato a permissionária aderiu a metodologia do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016, já aplicado aos reajustes tarifários ocorridos no exercício.

A revisão tarifária periódica do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa ocorreu no ano de 2018. Aplicando-se as disposições consolidadas no Módulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.465, publicada em 25 de setembro de 2018, entrando em vigor no período de 30 de setembro de 2018 a de 29 de setembro de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Coopercocal cujo reajuste médio foi de 10,00%, correspondendo a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores/associados supridos da permissionária.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre

as data-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.413
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	769
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	30.645
(6) Depreciação Acumulada	9.266
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	22.147
(10) Almoxxarifado em Operação	94
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
Descrição	Valores
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	22.241
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.226
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	839

Observa-se que os valores constantes da tabela são os constantes da revisão tarifaria de 1º ciclo visto que para a revisão de 2º ciclo não foi necessário a apresentação de laudo de ativos por conta da adesão da permissionária ao PRORET 8.4.

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.475
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	369
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	369
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	738
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	20
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	60
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	153
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	233

Também os custos referentes ao CAIMI não estão atualizados não se fazendo necessário tal pratica por conta do PRORET 8.4.

17.5. Ajuste da parcela “B” em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada a permissionária prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

A nova metodologia foi instituída na regularização do Submódulo 8.4 do PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704/2016.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Coopercocal é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, as outras receitas, os componentes

financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita			Var Projetado (%)	Impacto na Revisão Tarifária	
	Último IRT (R\$)	Receita Verificada (R\$)	Revisão (R\$)		Revisão (%)	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	18.578	-	-	-	-	56,18
1.1. Encargos Setoriais	4.018	-	-	-	-	12,15
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	68	-	-	-	-	0,21
CDE	3.132	-	-	-	-	9,47
PROINFA	817	-	-	-	-	2,47
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	5.282	-	-	-	-	15,97
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	5.282	-	-	-	-	15,97
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	9.278	-	-	-	-	28,06
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais Itaipu	9.278	-	-	-	-	28,06
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	14.488	-	-	-	-	43,82
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	10.343	-	-	-	-	31,28
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	4.145	-	-	-	-	12,54
3. Reposicionamento Econômico	9,16%	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	-4,67%	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	4,49%	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	10,00%	-	-	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Coopercocal seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Coopercocal seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	2018			2017			
	Nota	Regulatório	Ajustes Societário	Regulatório	Ajustes Societário		
Ativos							
Ativo circulante		7.960	-	7.960	6.757	-	6.757
Caixa e equivalentes de caixa		2.397	-	2.397	1.527	-	1.527
Consumidores	18.1	4.683	-	4.683	4.422	-	4.422
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		109	-	109	126	-	126
Depósitos judiciais e cauções		18	-	18	18	-	18
Almoxarifado operacional		191	-	191	195	-	195
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	18.2	349	349	-	345	345	-
Despesas pagas antecipadamente		12	-	12	12	-	12
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		201	(349)	550	112	(345)	457
Ativo não circulante		30.932	3.324	27.608	28.755	3.741	25.014
Consumidores		186	-	186	60	-	60
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		67	-	67	126	-	126
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	18.2	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	18.3	10	(2.546)	2.556	6	(1.894)	1.900
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.395	-	1.395	1.256	-	1.256
Imobilizado	18.4	29.180	29.180	-	27.178	27.178	-
Intangível	18.5	94	(23.310)	23.404	129	(21.543)	21.672
Total do ativo		38.892	3.324	35.568	35.512	3.741	31.771

	2018			2017			
	Nota	Regulatório	Ajustes Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Passivo							
Passivo circulante		4.836	-	4.836	4.510	-	4.510
Fornecedores		1.407	-	1.407	1.181	-	1.181
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		888	-	888	797	-	797
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		769	-	769	193	-	193
Provisão para litígios		796	-	796	583	-	583
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		461	-	461	29	-	29
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18.2	269	-	269	887	-	887
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		246	-	246	840	-	840
Passivo não circulante		3.058	-	3.058	3.692	-	3.692
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		1.605	-	1.605	1.605	-	1.605
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	18.2	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.453	-	1.453	2.087	-	2.087
Total do passivo		7.894	-	7.894	8.202	-	8.202
Patrimônio líquido		30.998	3.324	27.674	27.310	3.741	23.569
Capital social		3.222	-	3.222	3.200	-	3.200
Reservas de capital		27	-	27	27	-	27
Outros resultados abrangentes		4.586	4.586	-	4.717	4.717	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		21.880	(1.162)	23.042	18.491	(869)	19.360
Sobras à disposição da Assembleia		1.283	(100)	1.383	875	(107)	982
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	18.8	30.998	3.324	27.674	27.310	3.741	23.569
Total do passivo e do patrimônio líquido		38.892	3.324	35.568	35.512	3.741	31.771

	2018			2017		
	Nota Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	43.780	(4.539)	48.319	36.210	(4.600)	40.810
Fornecimento de energia elétrica	37.690	-	37.690	31.320	(1.431)	32.752
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	2.126	-	2.126	2.067	-	2.067
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	1.431	1.431	-
Serviços cobráveis	17	-	17	17	-	17
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	3.947	-	3.947	1.375	-	1.375
Outras receitas vinculadas	-	(4.539)	4.539	-	(4.600)	4.600
Tributos	(9.346)	-	(9.346)	(7.996)	-	(7.996)
ICMS	(9.346)	-	(9.346)	(7.996)	-	(7.996)
PIS-PASEP	-	-	-	-	-	-
Cofins	-	-	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(4.400)	-	(4.400)	(4.148)	-	(4.148)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(2.457)	-	(2.457)	(2.431)	-	(2.431)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(66)	-	(66)	(59)	-	(59)
Outros encargos	(1.877)	-	(1.877)	(1.658)	-	(1.658)
Receita líquida / Ingresso líquido	30.034	(4.539)	34.573	24.066	(4.600)	28.666
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(15.508)	-	(15.508)	(10.797)	-	(10.797)
Energia elétrica comprada para revenda	(8.899)	-	(8.899)	(5.928)	-	(5.928)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(892)	-	(892)	(639)	-	(639)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(5.717)	-	(5.717)	(4.230)	-	(4.230)
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	14.526	(4.539)	19.065	13.269	(4.600)	17.869
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(11.032)	3.754	(14.786)	(11.049)	3.893	(14.942)
Pessoal e administradores (inclui 451 de remuneração a administradores)	(6.286)	-	(6.286)	(6.401)	-	(6.401)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(1.431)	-	(1.431)	(1.442)	-	(1.442)
Serviços de terceiros	(1.333)	-	(1.333)	(1.185)	-	(1.185)
Arrendamento e aluguéis	(2)	-	(2)	(2)	-	(2)
Seguros	(42)	-	(42)	(38)	-	(38)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-
Provisões	(222)	-	(222)	(215)	-	(215)
Recuperação de despesas	144	144	-	76	76	-
Tributos	(31)	-	(31)	(30)	-	(30)
Depreciação e amortização	(1.490)	(287)	(1.203)	(1.445)	(305)	(1.140)
Gastos diversos da atividade vinculada	(339)	3.897	(4.236)	(367)	4.122	(4.489)
Outras Receitas Operacionais	498	498	-	402	402	-
Outras Gastos Operacionais	(505)	-	(505)	(341)	-	(341)
Resultado da Atividade	3.487	(287)	3.774	2.281	(305)	2.586
Equivalência patrimonial						
Resultado Financeiro	177	-	177	219	-	219
Despesas financeiras	(38)	-	(38)	(72)	-	(72)
Receitas financeiras	215	-	215	291	-	291
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	3.664	(287)	3.951	2.500	(305)	2.805
Despesa com impostos sobre os lucros	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	3.664	(287)	3.951	2.500	(305)	2.805
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	3.664	(287)	3.951	2.500	(305)	2.805

18.1. Consumidores

Não houve ajustes para o grupo.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes para o grupo.

18.3. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

A diferença é constituída de bens com duração acima da data prevista para o encerramento do contrato de permissão.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado nos anos de 2017 e 2018 qualquer remuneração aos ativos financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017
Saldos no início do exercício	27.674	23.569
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	3.324	3.741
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	4.586	4.716
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Diferença reserva de sobras	(1.162)	(868)
Diferença sobras a disposição AGO	(100)	(107)
....	-	-
....	-	-
....	-	-
....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	30.998	27.310

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, e, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, representada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação das sobras líquidas societário e regulatório

	2018	2017
Sobras (perdas) líquido conforme contabilidade societária	3.951	2.805
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(287)	(305)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(287)	(305)
Diferença de receita neutralidade	-	-
Diferença de variações monetária	-	-
....	-	-
...	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	3.664	2.500

Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2016, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formação Básica das Notas Explicativas

As notas explicativas da administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis foram redigidas obedecendo rigorosamente a Legislação pertinente e teve autorização para sua divulgação em 25/03/2019 pelo Conselho de Administração, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil as Políticas Contábeis específica para o setor elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).

Altair Lorival de Mélo
Presidente
CPF 344.212.629-00

Diogo de Fáveri Ramos
Contador
CRC/SC 033492/O-6

BALANÇO SOCIAL



Balanço social 2018

A Responsabilidade Social é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Ciente de sua responsabilidade a Coopercocal tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural praticando diversas ações a fim de contribuir para o bem-estar da comunidade:

Projeto Mulheres Artesãs - O projeto tem como objetivo capacitar mulheres associadas e consumidoras da área de atuação da Coopercocal no desenvolvimento e criação de artesanatos. Estimulando o reaproveitamento de resíduos naturais através da reciclagem e propiciando novas perspectivas quanto ao desenvolvimento pessoal e social de cada participante.

Dia C para doação de sangue – A Coopercocal deu exemplo de solidariedade com o Dia C- Dia de Cooperar – por meio da campanha de doação de sangue voluntária entre seus colaboradores. A ação foi realizada no dia 13 de julho, no Hemosc de Criciúma. Com o lema “Atitudes simples movem o mundo”, o Dia C para doação de sangue destaca a importância do cooperativismo para a comunidade e mostra o seu impacto no dia a dia das pessoas.

Campanha do agasalho - Com o objetivo de arrecadar roupas, cobertores e artigos de inverno a Coopercocal promoveu com o apoio da Rádio Marconi a Campanha do Agasalho 2018. Em um mês de campanha foram arrecadados uma quantidade significativa de itens beneficiando famílias mais necessitadas da área de atuação da cooperativa

Projeto Cooperar e Preservar - O projeto, consiste em reutilizar cruzetas retiradas das redes de energia e sem mais utilidade para a confecção de bancos e cache pôs, que são doados a praças municipais e escolas da área de atuação da cooperativa, tendo o intuito de despertar o interesse da sociedade pela preservação do meio ambiente. Com o slogan “*Há sempre mais um modo de usar o que a natureza nos dá*”. A ação busca minimizar os impactos ambientais e a preservação dos recursos naturais através da reciclagem.

Estendendo a todos os benefícios da eletricidade

A manutenção da universalização do atendimento ao benefício de distribuição de energia elétrica a nossos associados consumidores, caracteriza a marca de extrema relevância da atuação social.

Preservando e restaurando o meio ambiente

Rede compacta ou linha verde

É o sistema de rede de distribuição protegido desenvolvido para substituir a rede convencional, onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica.

Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A cooperativa continua ampliando sua extensão de rede utilizando condutor semi-isolado, totalizando 57,53 km em 2018, representando um aumento de 33,48% com relação ao mesmo período de 2017.

Filantropia e trabalho voluntário

Acordo com instituições filantrópicas

A cooperativa continua celebrando acordo com instituições filantrópicas para arrecadar doações de consumidores via nota fiscal de fornecimento de energia. A cobrança é incluída na fatura mediante autorização expressa do consumidor sem ônus as entidades beneficiadas.

A manutenção do uso de nosso sistema de faturamento para facilitar e estimular as doações de recursos á instituições filantrópica caracteriza um nobre trabalho de caráter social.

Doações do FATES

O FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social é um fundo previsto em lei constituído de 5% das sobras líquidas apuradas no exercício do ano anterior e tem como objetivo prestar assistências técnica, educacional e social aos associados e aos empregados da cooperativa, visando fortalecer o associativismo, o mutualismo e a prática dos princípios cooperativistas.

Em 2018 foram doados R\$ 128 mil sendo os principais beneficiados a APAE de Cocal do Sul, LIONS Clube de Cocal do Sul, Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga e o restante para associações de moradores, grupos de mulheres, grupos de idosos, grupos esportivos e entidades filantrópicas a fim de favorecer em geral grande parte da comunidade.

Comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA

A comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA) é uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos trabalhadores, de forma paritária na empresa, que tem a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

O objetivo da CIPA é observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes e/ou neutralizar os mesmos. Sua missão é a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Seu papel mais importante é o de estabelecer uma relação de diálogo e conscientização, de forma criativa e participativa, entre gerentes e empregados, em relação à forma como os trabalhos são realizados, objetivando sempre melhorar as condições de trabalho, visando à humanização do trabalho e procurando atualizar-se com o que de mais moderno em questão de segurança.

Segurança no Trabalho

A conscientização para a importância do uso correto dos equipamentos e o respeito às normas de segurança são a mola propulsora das iniciativas desenvolvidas pela cooperativa para garantir a segurança de seus trabalhadores. A Coopercocal investiu e apoiou os trabalhos da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que durante o ano de 2018 realizou atividades e vistorias com o objetivo de orientar os colaboradores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança (EPI's e EPC's) em suas rotinas.

A CIPA tem por objetivo observar, orientar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir e até eliminar os riscos existentes. Sua missão é a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Semana interna de prevenção de acidentes de trabalho – SIPAT

A cooperativa promoveu na última semana de novembro a Semana da SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho), sendo dias dedicados a aprender mais sobre segurança no trabalho e qualidade de vida, onde foram realizadas palestras de diversos temas, como cooperativismo/cooperação, motivação, segurança no trabalho e primeiros socorros com simulações reais de resgate, além do Rodeio do Eletricistas, através da realização de provas em grupos com atividades do cotidiano tendo uma comissão julgadora para acompanhamento e avaliação das atividades. Essas atividades são importantes para incentivar a segurança tanto dos nossos colaboradores, quanto para a sociedade.

Informando a cooperação a todos

No exercício de 2018 a Coopercocal promoveu palestras em sua sede social com cobertura a associados, colaboradores e diretores registrando a presença de 272 participantes.

O tema cooperativismo foi difundido a fim de integrar o quadro social levando a educação cooperativista, solidificando a participação e a integração das famílias no conhecimento sobre cooperativismo, criando um compêndio de consciência ao significado da cooperação. Proporcionando assim o surgimento de novas lideranças, além de aproximar a administração com os associados.

COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ 86.532.348/0001-45
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos milhares de reais)

	2018			2017		
	R\$	% Sobre		R\$	% Sobre	
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	34.573			28.666		
Resultado Operacional (RO)	3.774			2.586		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.602			4.574		
2. Indicadores sociais internos						
	R\$	FPB	RL	R\$	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	426	9,26	1,23	368	8,05	1,28
Encargos sociais compulsórios	1.509	32,79	4,36	1.410	30,83	4,92
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	203	4,41	0,59	160	3,50	0,56
Educação - Bolsa de estudo	21	0,46	0,06	17	0,37	0,06
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	17	0,37	0,05	14	0,31	0,05
Capacitação e desenvolvimento profissional	17	0,37	0,05	110	2,40	0,38
Seguro de vida	31	0,67	0,09	31	0,68	0,11
Roupas/equip. de segurança pessoal e transporte	112	2,43	0,32	76	1,66	0,27
Total	2.336	50,76	6,79	2.186	47,80	7,62
3. Indicadores sociais externos						
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Doações e contribuições	215	5,70	0,62	167	6,46	0,58
Total de contribuições para a sociedade - ICMS	9.346	247,64	27,03	7.996	309,20	27,89
Tributos (excluídos encargos sociais)	49	1,30	0,14	48	1,86	0,17
Total	9.610	254,64	27,80	8.211	317,51	28,65
4. Indicadores ambientais						
	R\$	RO	RL	R\$	RO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa combate ao desperdício de energia elétrica	-	-	-	258	9,98	0,90
Programa pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programa especiais/projetos externos						
Sistema de gestão ambiental - SGA	-	-	-	-	-	-
Distribuição e plantio de mudas de árvores	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	258	9,98	0,90
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	() não possui metas		() não possui metas		
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 0 a 50%		
	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%		() cumpre de 51 a 75%		
	(x) cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%		(x) cumpre de 76 a 100%		
Rede compacta ou linha verde						
Rede compacta ou linha verde	677	17,94	1,96	196	7,58	0,68
Total	677	17,94	1,96	196	7,58	0,68

	2018	2017
	unidades	unidades
5. Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	74	65
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	16	20
2º grau	52	35
1º grau	6	10
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	22	25
De 30 até 45 anos (exclusive)	40	30
Acima de 45 anos	12	10
Admissões durante o período	11	12
Mulheres que trabalham na empresa	16	12
Negros que trabalham na empresa	-	-
Portadores de deficiência física	1	1
Dependentes	79	64
Estagiários	4	5
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (R\$ mil)	10	10
Acidentes de trabalho	-	-
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2016 e 2015 foram:	Assembleia geral ordinária	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Conselho de administração	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	CIPA	
A previdência privada contempla:	Não existem planos	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	Não contempla	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	Sim	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Participa	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores associados

A Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL submete à apreciação dos associados e público indistinto o Relatório Anual do Conselho de Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme disposições legais e estatutárias.

Mensagem da Administração

A COOPERCOCAL mantém um conjunto de práticas de relacionamento comercial com seus associados sustentado na qualidade de seu serviço de distribuição de energia elétrica, atendimento e preservação da relação de credibilidade junto aos associados.

Também continua a garantir a força de sua marca através de sua participação efetiva no desenvolvimento socioeconômico em toda sua área de atuação.

Investimos substancialmente na melhoria de redes de distribuição e qualidade e eficiência dos meios de comunicação.

A COOPERCOCAL busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato do associado com a cooperativa garantindo a transparência nas informações.

A política de gestão dos recursos humanos é prioridade que foi adotada de forma definitiva, resultando em melhores condições a nossos empregados o que mostra nosso balanço social.

No exercício de 2018, participamos de vários eventos a nível nacional na ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, com objetivo de aprimorar nossos conhecimentos acerca da legislação que regula o fornecimento de energia elétrica e

a inteiração das ações buscando a proposição de mudanças para as cooperativas de infraestrutura agentes do setor elétrico brasileiro.

O investimento em capacitação e treinamento de pessoal, com vistas às novas exigências regulatórias, está sendo prioritário ao nosso objetivo de capacitar para minimizar ao máximo novas contratações.

Todos os resultados alcançados, no ano de 2018, são resultantes de persistência, trabalho árduo e de muita dedicação.

Nossa integração social se expandiu com a implantação de novas tecnologias na área de comunicação integrando através da interação digital a empresa a seus associados e consumidores em toda área de atuação.

Em 2019 continuaremos a cumprir nossa missão, trabalhando de forma planejada, oferecendo energia elétrica de qualidade com continuidade, para atender as necessidades de nossos associados e consumidores.

A meta principal a ser alcançada é a recuperação total de nosso sistema de distribuição, minimizando custos com redução de perdas e melhorando a qualidade do fornecimento.

Altair Lorival de Mélo
Presidente

Antônio Costa
Vice-presidente

Nadia Guollo Bortolatto
1º Secretária

Rodrigo Zaccaron
2º Secretário

Marcelo Dalló
Membro do conselho

José Raul Furlan
Membro do conselho

Vilmar Della Bruna
Membro do conselho

Maria Salete Cittadin da Silva
Membro do conselho

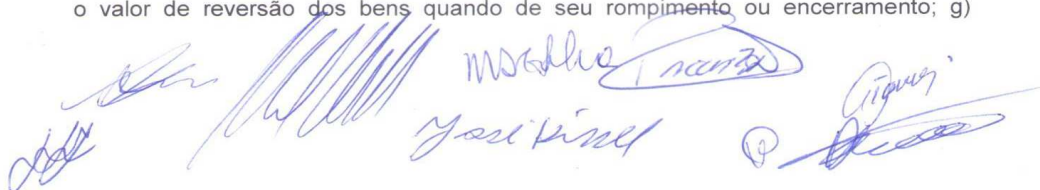
José Kissel
Membro do conselho

ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

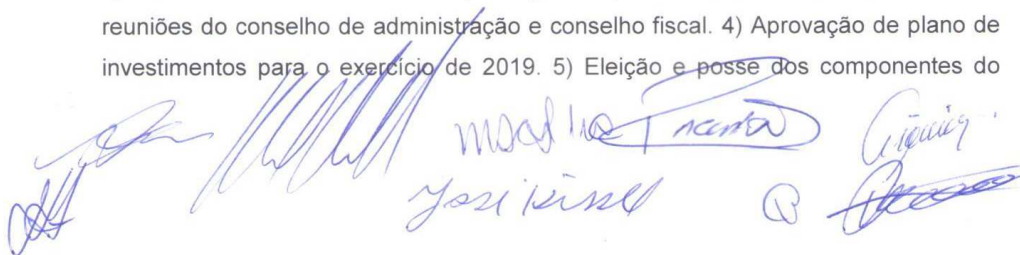
CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

NIRE: 424.0000057.6

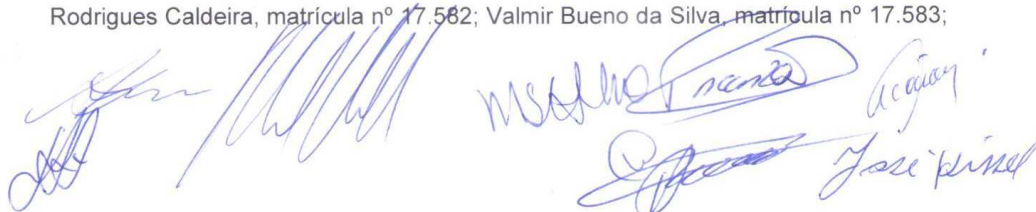
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL – COOPERCOCAL. Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 2.018 (dois mil e dezoito), na sede administrativa Raulino Furlan, da Cooperativa Energética Cocal – Coopercocal, sito a Av. Dr. Polydoro Santiago, nº 555, centro, município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, às 18 (dezoito) horas, reuniram-se senhores membros desse Conselho: Altair Lorival de Melo, Antonio Costa, Nádia Guollo Bortolatto, Rodrigo Zaccaron, Marcelo Dalló, José Raul Furlan, Vilmar Della Bruna, Maria Salete Cittadin da Silva e José Kissel para que juntos apreciem, discutam e votem nas deliberações a serem tomadas. Iniciando a reunião, O conselho de administração avaliou o Pré-balanço patrimonial a ser submetido à apreciação da assembleia geral e determinou: a) Que sejam aplicadas para a contabilidade societária as disposições legais contidas na resolução Aneel nº 605 (seiscentos e cinco) de 11 (onze) de março de 2014 (dois mil e quatorze) e suas alterações; b) Que também seja aplicada as premissas constantes na resolução Aneel nº 396 (trezentos e noventa e seis) de 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2010 (dois mil e dez) e suas alterações que estabelecem as diretrizes do balanço regulatório em todos os seus efeitos com relação à avaliação dos ativos; c) Que seja cumprida as determinações constantes do despacho nº 4.356 de 22/12/2017 e demais orientações editadas pela ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica); d) Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT – 01, Aspectos contábeis das entidades cooperativas aprovada pela resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1013/2005 (um mil e treze de dois mil e cinco). e) Aplicação da resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1255/2009 (um mil duzentos e cinquenta e cinco de dois mil e nove) NBC TG – 1000(R1), que normatiza as rotinas para elaboração das demonstrações financeiras de pequenas e médias empresas; f) A não aplicação de “Impairment” redução ao valor recuperável dos bens constantes do ativo imobilizado instituído conforme NBC TG – 01(R1), CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1292/2010 (um mil duzentos e noventa e dois de dois mil e dez) por entender que a recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão que estabelece o valor de reversão dos bens quando de seu rompimento ou encerramento; g)



Aplicação das taxas de depreciação estabelecidas nas resoluções Aneel consideradas como satisfatórias a cumprir as estimativas do custo atribuído; h) Constituir provisão para devedores duvidosos dos recebíveis conforme estabelecido nas normatizações regulatórias por entender suficientes para o equilíbrio do negócio; i) Constituir provisão de ações trabalhistas e cíveis na forma estabelecida pelos procuradores constituídos no que for cabível; j) Não constituir provisão no exercício de 2018 (dois mil e dezoito) de recebíveis de consumidor em processo de recuperação judicial; k) Aplicação da recomendação técnica emanada do OCPC nº 0008 conforme contrato de permissão; l) Reverter para receitas de fornecimento os saldos contabilizados como obrigações especiais originados de cobrança de demanda e reativos excedentes, conforme orientação da ANEEL; m) Não efetivar reajuste das provisões passivas dos tributos PIS e COFINS, por entender que as conquistas judiciais referentes a exclusão do ICMS da base de cálculo tornam a provisão constituída suficiente para o cumprimento da obrigação. O conselho de administração analisou e aprovou o lançamento do Edital de Convocação da Assembleia Geral Conjunta Extraordinária e Ordinária a realizar-se no dia 08 (oito) de fevereiro de 2019 (dois mil e dezenove), nas dependências da sede recreativa e esportiva da Coopercocal, sita na Estrada Geral, s/n, Km 1,4, localidade de Linha tigre, município de Cocal do Sul, por não haver acomodações suficientes na sede social, as 17h em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados as 18h em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou as 19h em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, Item único – Reforma estatutária. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2018, compreendendo: a) Relatório da gestão; b) Balanço patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2018; d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria independente. 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2018. 3) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal. 4) Aprovação de plano de investimentos para o exercício de 2019. 5) Eleição e posse dos componentes do




conselho fiscal período 2019. 6) Deliberação e aprovação de normas para uso das instalações da sede recreativa e esportiva. 7) Assuntos gerais. **Observações:** a) Para efeito de verificação de quórum a Cooperativa possui **14.676** associados. b) A deliberação contida na ordem do dia referente à assembleia geral extraordinária para ser validada necessita de aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes aptos a votar. c) Minuta do estatuto social com a reforma proposta estará à disposição dos associados na sede social a partir do dia 30/01/2019. d) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da “Ordem do Dia” da assembleia geral ordinária, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 30/01/2019, na sede social. e) Interessados a concorrer aos cargos sociais do conselho fiscal, deverão compor chapas a serem inscritas junto à administração na sede da Coopercocal até às 17h30m do dia 29/01/2019. f) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no artigo 47º do estatuto social, e expressa concordância de seus componentes. g) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho fiscal do item 5º (quinto) da “Ordem do Dia” será votado por aclamação no dia 08/02/2019, salvo determinação diversa da assembleia geral. h) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer à eleição do conselho fiscal, a assembleia permanecerá em aberto durante o dia 09/02/2019, no período compreendido entre 09h e 16h quando serão votadas as chapas apresentadas e em seguida apurado os resultados. i) O local de votação é as dependências da Escola de Educação Básica Professor Padre Schüller (Colégio Schüller), sita à Rua Dr. Edson Gaidzinski, nº 260, Bairro Centro, Município de Cocal do Sul-SC. j) A posse dos eleitos ocorrerá após a apuração do resultado da eleição conforme estatuto social. k) Para exercer seu direito de voto o associado inscrito até a convocação desta assembleia deverá apresentar-se munido da carteira associado ou de documento oficial como fotografia que o identifique e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a cooperativa até às 17h30m do dia 07 de fevereiro de 2019. Dando sequência à reunião, o conselho aprovou as seguintes novas admissões: Diovani Faveri do Carmo, matrícula nº 11.997; Kellen Jeremias, matrícula nº 17.578; Giovani Rosa da Veiga, matrícula nº 17.579; Ademilson Schaukoski, matrícula nº 17.580; Julio Cesar Hilario, matrícula nº 17.581; Patrick Rodrigues Caldeira, matrícula nº 17.582; Valmir Bueno da Silva, matrícula nº 17.583;



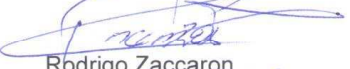
Maicon Matiola Domingos, matrícula nº 17.585; Hernane Cruz Machado, matrícula nº 17.586; Claudinei Anacleto Silvano, matrícula nº 17.587; Focalle – Engenharia Viária Ltda, matrícula nº 17.588; Luis Gustavo Galatto Bitencourt, matrícula nº 17.589; Elizandra de Souza Borges, matrícula nº 17.590; Maria de Oliveira Búrigo, matrícula nº 17.591; Edirlaine Búrigo, matrícula nº 17.592; Anirlene Ramos Laurindo Paz, matrícula nº 17.593; Cleber de Assis Euzebio, matrícula nº 17.594; Valdir Moraes Rosa, matrícula nº 17.595; Elizandro Albino, matrícula nº 17.596; Rafael Alves Rocha, matrícula nº 17.597; Silnofre Industria e Comércio de Uniformes Ltda, matrícula nº 17.598; T4U Brasil Ltda, matrícula nº 17.599; Débora Borges Alfredo, matrícula nº 17.600; Diego Isidoro Vieira, matrícula nº 17.601; Oséias Honorato Faustino, matrícula nº 17.602; Catia Fragnani Magagnim, matrícula nº 17.603; Alan Pelegrin Feltrin, matrícula nº 17.604; Tatiane de Souza, matrícula nº 17.605; Lemes Gilles, matrícula nº 17.606; Paul Fortune, matrícula nº 17.607; Antônio Djeison Feitosa da Silva, matrícula nº 17.608; João Carlos Muller Junior, matrícula nº 17.609; Marineuza da Silva, matrícula nº 17.610; Lucas Romano Baldini, matrícula nº 17.611; Guilherme Pretto Rodrigues, matrícula nº 17.612; Rosalete Piovesan, matrícula nº 17.613; Asset Investimentos e Participações Ltda ME, matrícula nº 17.614; Eduardo Candido de Souza, matrícula nº 17.615; Jankie Branco Rodrigues da Silva, matrícula nº 17.616; Alexandre Cardoso, matrícula nº 17.617; Fernanda Mariani dos Santos, matrícula nº 17.618; Andresa Cunha, matrícula nº 17.619; Lucas Bez Batti Junior, matrícula nº 17.620; Tim S/A, matrícula nº 17.621; Mario Acordi da Cruz, matrícula nº 17.622; Tiago Ferreira da Cruz, matrícula nº 17.623; Gilson Dagostim Uggioni, matrícula nº 17.624; Lucas da Silva Sorato, matrícula nº 17.625; Alessandro de Souza, matrícula nº 17.626; Jadson Ferreira Vieira, matrícula nº 17.627; André De Menech, matrícula nº 17.628; Jéssica Marques Pedroso, matrícula nº 17.629, todos com as quotas-parte mínima prevista pelo Estatuto Social. O conselho aprovou também as seguintes demissões: Jacomo Ariosvaldo Búrigo, matrícula nº 278; Willian Douglas da Silva, matrícula nº 14.906; Angelo Bosa, matrícula nº 49; Tim Celular S/A, matrícula nº 11.693. Nada mais havia a se tratar, deu-se por encerrada a presente reunião. Para constar lavrei a presente ata, que após lida se aprovada vai assinada por mim secretária Nadia Guollo Bortolatto e pelos demais conselheiros presentes.



Cocal do Sul, 13 de dezembro de 2018.



Nadia Guollo Bortolatto
1ª Secretária




Rodrigo Zaccaron
2º Secretário



Marcelo Dalló
1º Conselheiro



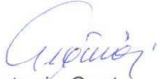
Vilmar Della Bruna
3º Conselheiro



José Kissel
5º Conselheiro



Altair Lorival de Melo
Presidente



Antonio Costa
Vice-presidente



José Raul Furlan
2º Conselheiro



Maria Salete Cittadin da Silva
4º Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

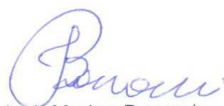
PARECER DO CONSELHO FISCAL

CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

NIRE: 424.0000057.6

Ata da reunião do Conselho Fiscal da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, realizada no dia 29 de janeiro de 2019, com parecer das Demonstrações Financeiras do exercício de 2018.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, na sede da Cooperativa Energética Cocal - COOPERCOCAL, às 18:00 (dezoito) horas, sita à Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 555, no município de Cocal do Sul (SC), estiveram reunidos os membros do Conselho Fiscal, os Srs Isair Marino Bonomi, Gelson Candido dos Santos e Daniel Virtuoso Cipriano, para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, Contas de sobras e perdas, Demonstrativos Estatísticos e demais documentos e contas relacionadas com o exercício de 2018, compreendido entre 1º (primeiro) de janeiro até 31 (trinta e um) de dezembro do referido ano, bem como o Relatório da Diretoria. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolveram emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após minucioso exame do caixa, conciliação bancária e demais documentos como Balanço Patrimonial, Contas de Sobras e Perdas, Contabilidade e ainda baseados nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária, marcada para o dia 08 (oito) de fevereiro de 2018 (dois mil e dezenove), cujo Edital de Convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto, somos de Parecer Favorável no sentido de que seja aprovado pela Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião. Para constar lavrei a presente ata que após lida se aprovada, vai assinada por mim, secretário e demais membros do Conselho Fiscal presentes.



Isair Marino Bonomi
Coordenador

Cocal do Sul, 29 de janeiro de 2019.



Gelson Candido dos Santos
Secretário



Daniel Virtuoso Cipriano
Conselheiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL
CNPJ/MF: 86.532.348/0001-45

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL CONJUNTA EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados para comparecerem a **ASSEMBLEIA GERAL CONJUNTA EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **08 de fevereiro de 2019**, nas dependências da sede recreativa da Coopercocal, sita na Estrada Geral, s/nº, Km 1,4, localidade de Linha Tigre, município de Cocal do Sul-SC, por não haver acomodações suficientes na sede social, às 17h em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às 18h em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às 19h em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem a seguinte:

ORDEM DO DIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Item único – Reforma estatutária.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- 1) Prestação de contas do conselho de administração acompanhado de parecer do conselho fiscal e auditoria independente referente exercício de 2018, compreendendo:
 - a) Relatório da gestão;
 - b) Balanço patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício de 2018;
 - d) Parecer do conselho fiscal e parecer de auditoria independente.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2018.
- 3) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do conselho de administração e conselho fiscal.
- 4) Aprovação de plano de investimentos para o exercício de 2019.
- 5) Eleição e posse dos componentes do conselho fiscal período 2019.
- 6) Deliberação e aprovação de normas para uso das instalações da sede recreativa e esportiva.
- 7) Assuntos gerais.

Observações:

- a) Para efeito de verificação de quorum a Cooperativa possui **14.676** associados.
- b) A deliberação contida na ordem do dia referente à assembleia geral extraordinária para ser validada necessita de aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes aptos a votar.
- c) Minuta do estatuto social com a reforma proposta estará à disposição dos associados na sede social a partir do dia 30/01/2019.
- d) Os documentos a serem apreciados no item (01) primeiro da "Ordem do Dia" da assembleia geral ordinária, estarão disponíveis aos associados a partir do dia 30/01/2019, na sede social.
- e) Interessados a concorrer aos cargos sociais do conselho fiscal, deverão compor chapas a serem inscritas junto à administração na sede da Coopercocal até às 17h30m do dia 29/01/2019.
- f) As chapas apresentadas deverão conter a documentação prevista no artigo 47º do estatuto social, e expressa concordância de seus componentes.
- g) Havendo chapa única inscrita para eleição do conselho fiscal do item 5º (quinto) da "Ordem do Dia" será votado por aclamação no dia 08/02/2019, salvo determinação diversa da assembleia geral.
- h) Registrando-se mais de uma chapa a concorrer a eleição do conselho fiscal, a assembleia permanecerá em aberto durante o dia 09/02/2019, no período compreendido entre 09h e 16h quando serão votadas as chapas apresentadas e em seguida apurado os resultados.
- i) O local de votação é as dependências da Escola de Educação Básica Professor Padre Schüller (Colégio Schüller), sita à Rua Dr. Edson Gaidzinski, nº 260, Bairro Centro, Município de Cocal do Sul-SC.
- j) A posse dos eleitos ocorrerá após a apuração do resultado da eleição conforme estatuto social.
- k) Para exercer seu direito de voto o associado inscrito até a convocação desta assembleia deverá apresentar-se munido da carteira associada ou de documento oficial como fotografia que o identifique e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto a cooperativa até às 17h30m do dia 07 de fevereiro de 2019.

Cocal do Sul, 07 de janeiro de 2019.



Altair Lorival de Mélo
Presidente

Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 555 – Bairro Centro – CEP: 88.845-000 – Cocal do Sul – SC
E-mail: coopercocal@coopercocal.com.br – Site: www.coopercocal.com.br

PARECER DA AUDITORIA – SOCIETÁRIA

AUDICONSULT *AUDICONSULT Auditores S/S*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL
Cocal do Sul - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 25 de janeiro de 2019.


Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Rua Vereador Mírio Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: audiconsult@terra.com.br

PARECER DA AUDITORIA – REGULATÓRIA

AUDICONSULT AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Srs. Associados e Administradores da
COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL
Cocal do Sul – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis Regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, com data de 25 de janeiro de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

A administração da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL - COOPERCOCAL**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

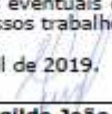
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 19 de abril de 2019.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador - CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

Rua Vereador Mário Coelho Pires, nº 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259-2444 - e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral

Altair Lorival de Melo - Presidente

Coordenação e produção

Adriecio De March – Departamento técnico

Andre Mafioletti – Engenheiro responsável técnico

Danylla Zanette – Departamento de cobrança e publicidade

Diogo de Fáveri Ramos – Departamento de contabilidade

Elizete Fritzen – Departamento comercial e faturamento

Estefano Luiz Costa – Engenheiro responsável técnico

Hemerson Lorival de Melo – Departamento compras

Idemar Sartor – Departamento de pessoal / financeiro

Marcos Vinicius de Melo - Departamento de contabilidade

Supervisão

Lesio Rosso - Gerente

Roteiro editorial e conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução ANEEL nº 605/2014

Pronunciamentos técnicos - IBRACON

Estatuto social

Agradecimentos

Conselho de administração

Departamento técnico e engenharia

Departamento de contabilidade

Departamento financeiro

Departamento de recursos humanos

Departamento comercial

Funcionários da COOPERCOCAL em geral

Audiconsult consultores

Useall Software



 0800 48 7019 / (48) 3447 7000

 28908

 www.coopercocal.com.br

 aplicativo APP Coopercocal

 coopercocal@coopercocal.com.br

 88845-000